

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E
INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Níkolos Vieira Spim

A CRIAÇÃO DA ESCOLA SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR” EM
SOROCABA – 1930 a 1962

Sorocaba/SP

2020

Níkolos Vieira Spim

**A CRIAÇÃO DA ESCOLA SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR” EM
SOROCABA – 1930 a 1962**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Sorocaba/SP

2020

Ficha Catalográfica

Spim, Nikolas Vieira
S738c A criação da escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” em Sorocaba:
1930-1962 / Nikolas Vieira Spim. – 2020.
81 f.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2020.

1. Ensino profissional – Brasil – História - 1930-1962. 2. Educação – Sorocaba (SP) – História. 3. Senai – Sorocaba (SP) - História. I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

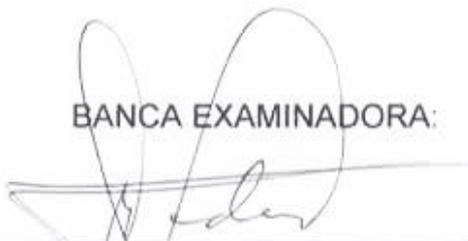
Nikolas Vieira Spim

**A CRIAÇÃO DA ESCOLA SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR” EM
SOROCABA – 1930 a 1962**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 19 / 02 / 2020.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba



Profª Drª Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba



Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Júnior
Universidade de Sorocaba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Annayan Spim que soube suportar e me auxiliar nos momentos dedicados à pesquisa, aos meus pais Adilson e Sara Spim que me ensinaram o caminho da retidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por iluminar o meu caminho e me conceder a oportunidade de alcançar meu objetivo e realizar meus sonhos. Grato pela saúde, perseverança e alegria, pois sei que a graça de Deus se fez presente em todos os momentos da minha vida.

À minha esposa Annayan que me acompanhou em todos os momentos, nas vibrações por cada resultado alcançado e nos momentos mais difíceis, quando vinham as lágrimas, porque nem tudo saía como planejávamos.

Aos meus pais Adilson e Sara, que me ensinaram e educaram no amor, na ética e honestidade. Me ensinaram a conquistar tudo com meu trabalho e dignidade.

Gratidão por colocar pessoas iluminadas no meu caminho.

Grato ao meu orientador Prof. Dr. Wilson Sandano pela paciência e condução desta pesquisa, suas orientações enriqueceram e fundamentaram meu trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior pelos arquivos fotográficos cedidos e pelas conversas superprodutivas.

À Prof^a. Dra. Vânia Regina Boschetti pelas orientações e indicações de leituras que muito me ajudaram na revisão desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Valmir Aparecido Cunha que fez importantes observações que esclareceram diversos pontos de minha pesquisa.

Aos colegas do Senai “Gaspar Ricardo Junior” de Sorocaba pelo auxílio e materiais disponibilizados para esta pesquisa.

A todos amigos e familiares que de alguma forma contribuíram e me auxiliaram quando lhes estendi as mãos.

A todos minha gratidão e que Deus os abençoe!

O jovem, por sua vez, ingressa nessa carreira profissional, levado por motivos da mais extraordinária variedade e que, em geral, não constituem indícios seguros de êxito. Os aprendizes são jogados na oficina de trabalho, aprendem como querem e como podem e não raro copiam processos defeituosos de trabalho, adquirem vícios, e – depois de certo tempo – a convicção, tantas vezes errônea, de que estão formados no ofício. (Roberto Mange)

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o ensino profissional, e como objeto, a criação da escola Senai “Gaspar Ricardo Júnior” no município de Sorocaba/SP. A pergunta que norteia esse estudo assim se faz: o porquê a criação da escola Senai na cidade de Sorocaba? Com isso, contribuir para a compreensão do que motivou a vinda da escola para esta cidade, torna-se o objetivo geral. São específicos os objetivos de registrar os principais acontecimentos políticos que influenciaram o contexto industrial e o ensino profissional brasileiros nos anos de 1930 a 1962; apresentar o contexto industrial sorocabano de 1930 a 1962; apresentar a história de fundação da escola Senai no Brasil; explicitar o processo da vinda e instalação da escola Senai Gaspar Ricardo Júnior na cidade de Sorocaba. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como metodologia para esse estudo. Essa pesquisa tem sua relevância baseada na escassez de informações explícitas encontradas para fundamentar e basear a história dessa escola renomada no mercado de ensino profissional.

Palavras-chave: Educação profissional. Escola técnica. Senai. Sorocaba.

ABSTRACT

This research has as its subject the professional education, and as object, the creation of the Senai school “Gaspar Ricardo Júnior” in the city of Sorocaba / SP. The question that guides this study is thus asked: why the creation of the Senai school in the city of Sorocaba? Thus, contributing to the understanding of what motivated the school to come to this city, becomes the general objective. The objectives of registering the main political events that influenced the Brazilian industrial context and professional education in the years 1930 to 1962 are specific; to present the Sorocaban industrial context from 1930 to 1962; to present the foundation history of the Senai school in Brazil; explain the process of coming and installing the Senai Gaspar Ricardo Júnior school in the city of Sorocaba. Bibliographic research was used as a methodology for this study. This research has its relevance based on the scarcity of explicit information found to support and base the history of this school so named in the professional education market.

Keywords: Professional education. Technical school. Senai. Sorocaba.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANFAVEA – Associação Nacional das Fabricantes de Veículos Automotores
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CFESP – Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CIANÊ – Companhia Nacional de Estamparia
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNE – Companhia Nacional de Estamparia
EFS – Estrada de Ferro Sorocabana
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
JK – Juscelino Kubistchek
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRP – Partido Republicano Paulista
PSD – Partido Social Democrático
SAN – Sociedade Anônima Indústrias Votorantim
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAIFI – Serviço de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários
SESP – Serviço de Ensino e Seleção Profissional
SIMCA – *Société Industrielle Mécanique et Carrosserie Automobile*
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VEMAG – Veículos e Máquinas Agrícolas S.A.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Estrutura produtiva das principais fábricas de Sorocaba em 1937.....	31
Figura 1 - Anúncio da escola SENAI C.N.E.....	64
Tabela 2 – Dados do Censo de 1940 – Estado de São Paulo – Ordem por número de indústrias.....	32
Figura 2 – Anúncio da Escola Senai C.N.E.....	65
Tabela 3 - Dados do Censo de 1940 – Estado de São Paulo – Ordem por número de pessoal ocupado (funcionários).....	33
Figura 3 – Mapa do Jardim Santa Rosália em 1958.....	66
Figura 4 - Instalação da primeira Parabolóide da escola Senai Sorocaba.....	67
Figura 5 - Fachada da escola Senai de Sorocaba, prestes a ser finalizada, instalando alguns vidros.....	67
Figura 6 - Oficina com bancadas.....	68
Figura 7 - Torno mecânico nas oficinas.....	68

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL 1930 – 1962	17
2.1 Brasil	17
2.2 A era Vargas	20
2.2.1 O Governo Provisório – 1930 a 1934	20
2.2.2 O Governo Constitucional – 1934 a 1937	21
2.2.3 O Governo Ditatorial – O Estado Novo – 1937 a 1945	21
2.3 A Redemocratização	23
2.4 O Governo Democrático – 1951 a 1954	24
2.5 O Governo Juscelino Kubistchek – 1956 a 1961	25
2.6 Contexto da industrialização em Sorocaba – 1930 a 1942	31
3 O ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL – 1930 A 1962	35
3.1 Início das atividades do Senai – 1942	44
4 A CRIAÇÃO DA ESCOLA SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR” EM SOROCABA	49
4.1 Sociedade Anônima Indústrias Votorantim	52
4.2 Companhia Nacional de Estamparia – CNE	53
4.3 As escolas Senai – CNE e Senai Votorantim	54
4.4 A instalação da escola Senai Regional	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a criação da escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” na cidade de Sorocaba e o que influenciou a sua vinda para a cidade, fato esse que se torna curioso, pois nessa mesma época já existiam duas escolas do Senai em Sorocaba. Escolas estas que funcionavam sob a tutela de duas indústrias, sendo uma delas a Companhia Nacional de Estamparia localizada no bairro de Santa Rosália e a outra sob o comando da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim no bairro de Votorantim. Além dessas duas escolas, havia também outras escolas de ensino profissional.

O interesse por essa instituição surgiu de quando fui aluno no curso técnico “Ferramenteiro de corte, dobra e repuxo”. Posteriormente atuei como instrutor no mesmo curso e, ao iniciar os estudos no curso de Mestrado, entrando em contato com esse universo surgiu a indagação de qual teria sido o início da escola Senai na cidade de Sorocaba, qual ou quais teriam sido os motivos que levaram a instituição escolher a cidade para instalação dessa unidade. Assim me deparei com a realidade de que na cidade já existiam duas outras escolas do Senai instaladas. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o Brasil entrou em uma era de industrialização, dando mais ênfase a indústria nacional, surgiu assim a necessidade de formação da mão de obra especializada. Necessidade esta que deu início às discussões sobre a regulamentação do ensino técnico no Brasil.

No contexto de Sorocaba, a cidade se destacou na cultura do algodão, e, conseqüentemente, a instalação de fábricas para o beneficiamento e tecelagem. Diversas indústrias têxteis foram instaladas na cidade: o que originou uma necessidade de mão de obra especializada.

Essa necessidade deu origem a escola ferroviária para a formação de profissionais especializados, o que foi seguido por duas grandes indústrias de Sorocaba com a instalação em suas dependências de escolas para formação de mão de obra especializada sob a tutela do recém-criado Senai.

Surgiu assim o problema da pesquisa: o porquê de mais uma escola em uma cidade que em 1942 ainda respirava ares provincianos e que tinha pouco mais de

70.299 habitantes e na área urbana concentrava 48.111 habitantes¹. A cidade de Sorocaba, a chamada Manchester Paulista, tinha diversas indústrias e entre elas as importantes Companhia Nacional de Estamparia e a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim. Isso demandava uma mão-de-obra mais especializada para que fossem absorvidas por essas importantes indústrias.

Havia também o interesse do poder público na instalação da escola Senai na cidade e isso tornou-se também objeto de investigação dessa dissertação: quais seriam os interesses dos governantes da cidade na instalação dessa escola? Não estariam os mesmos satisfeitos com a atuação das escolas Senai administradas pelas indústrias? Ou era simplesmente uma questão técnica a ser resolvida, visto que as escolas nas indústrias estavam sob o comando destas e tinham o objetivo de capacitar seus funcionários? Já uma escola independente teria uma abrangência sobre a população de forma geral.

Para responder essas questões e procurar solucionar esses dilemas que surgem quando se realiza uma pesquisa, foi necessário delimitá-la, pois um estudo muito amplo pode, ao mesmo tempo alimentar a pesquisa com novos fatos, mas também pode corromper o eixo do estudo deixando muitas vezes o pesquisador perdido em uma profusão de informações sem as respostas necessárias à sua pesquisa.

O período de análise desta dissertação segue o conceito de periodização proposto por Saviani (2005, p. 7):

Sabemos que a periodização, a par de ser uma exigência inerente à investigação histórica, é um dos problemas mais complexos e controvertidos da historiografia, já que não se trata de um dado empírico, mas de uma questão teórica que o historiador enfrenta ao organizar os dados que lhe permitem explicar o fenômeno investigado. Quais os critérios que devem presidir a periodização? Esses critérios devem ser internos ou externos ao objeto investigado?

Portanto, torna-se como critério de periodização as fases da política brasileira, visto que a educação sempre esteve atrelada às mudanças políticas. Cada governo que assume a presidência da nação, vem com sua ideologia e tentativas de melhorar índices e números relativos à educação. No Brasil e em outros países, a educação é

¹ Dados do Censo de 1940 – Fonte: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7314>>.

política de governo e não de estado, como deveria ser. Dessa forma, quando muda um governo, geralmente temos toda uma avalanche de leis e decretos que tentam dar um novo rumo à educação. Exemplos dessas reformas são as que aconteceram com o advento do Estado Novo, que resultou da Revolução de 1930. Ainda segundo Saviani (2005, p. 11):

Na sequência, tivemos uma série de medidas relativas à educação de alcance nacional: em 1931, as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934 que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo.

Dentro dessa concepção das Leis Orgânicas propostas por Gustavo Capanema é que esta dissertação tem como objetivo analisar a criação da escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” em Sorocaba, no período em que começou a discussão para a formação de mão de obra especializada com o início do movimento de industrialização em 1930 até a inauguração da escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” na cidade de Sorocaba em 1962, já que a escola atendia as necessidades das indústrias. Inicia com um breve resumo do contexto industrial brasileiro, abordando os aspectos econômico, político e social e como esses fatores influenciaram no processo de industrialização até o início da década de 1960, dentro da periodização deste trabalho.

Na busca de maiores informações para a elaboração e aprofundamento desta pesquisa, recorreu-se a fontes primárias como documentos do próprio Senai na cidade de Sorocaba, a jornais da época no período citado, livros e artigos que permeiam a internet e que depois de uma análise mais aprofundada sobre a veracidade do documento são levadas ao cruzamento das informações.

De acordo com Bacellar:

Ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (2015, p. 63)

Segundo Pinsky (2015), os documentos não são neutros, quem o produziu alguma intenção tinha e quando se trata de jornais o cuidado é redobrado, pois grupos produzem periódicos muitas vezes para simplesmente divulgar seus ideais. Desta forma, ao se pesquisar os jornais da época, de recorte desta pesquisa, o Brasil e o mundo passavam por momentos turbulentos, ou seja, fim da Primeira Guerra Mundial, início das discordâncias que originaram a Segunda Guerra Mundial, que tinham influências diretas em nossa política, economia e modo de produção. Já no contexto de Sorocaba, mudanças na política nacional com a ascensão de Getúlio Vargas com uma política mais populista e desenvolvimentista, influenciou diretamente na criação do Senai e, conseqüentemente, na instalação da escola em Sorocaba.

A história da instalação da escola Senai em Sorocaba, objeto de estudo desta dissertação, é retratada em quatro capítulos que mostra, de forma resumida, o contexto econômico e político que influenciou a instalação da unidade na cidade de Sorocaba.

Assim, o primeiro capítulo traz o contexto da industrialização do Brasil que vem de uma alteração política significativa, a partir de um principal personagem, Getúlio Vargas, que chegou ao poder alavancando a industrialização brasileira, deu prioridade à indústria nacional, apoiou os operários, alterou leis trabalhistas, e entre essas mudanças, as Leis Orgânicas que deu origem ao Senai. Vargas tornou-se o “pai dos pobres” por meio de suas políticas populistas, até chegar ao seu trágico fim marcado pelo suicídio. Seu sucessor Juscelino Kubistchek veio com uma nova proposta abrindo as portas para o mercado internacional e prometendo revolucionar o Brasil fazendo em cinco anos o que teria que ser feito em cinquenta.

O segundo capítulo aborda o contexto de industrialização de Sorocaba, com a finalidade de entender qual era o cenário em que a escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” vem para essa cidade. Essa parte da pesquisa procura investigar como estava o setor industrial da cidade com a influência de Vargas, e como o ensino técnico estava se adequando a essas novas mudanças.

O terceiro capítulo evidencia dois pontos principais: o primeiro se trata do ensino industrial antes da criação do Senai, o qual tinha como grandes problemas a falta de padronização e a maioria das instituições de ensino não conseguiram formar mão de obra qualificada, situação que se agravou devido ao impulso industrial liderado por Vargas, onde as indústrias se multiplicavam em quantidade e tamanho, porém

sem um número suficiente de operários para suprir essa necessidade. O segundo ponto surge depois de muitos debates e brigas políticas: o Senai, através das Leis Orgânicas de Gustavo Capanema, instituiu essa que trouxe a qualificação que as indústrias necessitavam.

E por fim, o quarto capítulo mostra a vinda do Senai para a cidade de Sorocaba, em um contexto em que a cidade estava bem abastecida de escolas técnicas entre elas duas pequenas unidades do Senai em regime de cooperativa com duas indústrias de tecelagem. Considerando o número populacional e a quantidade de empresas na data referida, não havia, aparentemente, motivos relevantes para a nova escola ser instalada na cidade, como afirma o próprio Roberto Mange, um dos criadores do Senai, em resposta a uma reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul, em que o prefeito e alguns vereadores reivindicavam a instalação de mais uma escola Senai. Porém, com a morte de Roberto Mange que rejeitava a instalação de mais uma unidade, sendo assim o principal opositor da vinda da escola, a pressão política e a facilitação burocrática como a doação do terreno para a construção da escola possibilitaram a instalação da tão sonhada unidade do Senai, que passa a enfrentar a concorrência das outras duas unidades instaladas nas dependências das indústrias. Concorrência essa que se finda décadas mais tarde com o fechamento das escolas de forma cooperativa.

Nas considerações finais é apresentado um relato entre os fatos históricos abordados e suas conseqüentes influências na construção da problemática da necessidade de formação de mão de obra especializada, que deu origem ao Senai. Aborda ainda a interface entre o contexto nacional e local no que diz respeito a industrialização e a formação de mão de obra qualificada.

2 CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL 1930 – 1962

Em seu início, a base econômica do Brasil era a agricultura que sustentava a riqueza do país, mais especificamente a cafeicultura. Segundo Saviani (2007), a produção de café foi o alicerce para a urbanização e industrialização, e responsável pela transição da Monarquia para República.

2.1 Brasil

Em 1912, por exemplo, o mercado norte-americano ficou com 42% das exportações do café brasileiro (MENEZES, 2015).

“No início do século XX, o café tratava-se do grande “carro chefe” da economia do país, sendo o responsável pelos resultados da balança de pagamento e o segmento responsável pelo acúmulo de divisas.” (LESSA, 1998, p. 67).

A produção de café tinha uma grande relevância, responsável por grande parte do comércio nacional e internacional. A exportação do café brasileiro era preponderante para países como EUA e grande parte da Europa. Entretanto, o Brasil começou a se tornar dependente da comercialização externa, passando por oscilações cambiais trazendo incertezas aos produtores.

No caso do Brasil, alguns dos países que detinham forte participação nas exportações e importações o país como a Grã-Bretanha e a Alemanha (e estavam diretamente envolvidos no conflito), voltaram sua economia para uma estratégia de batalha, provocando um enfraquecimento das relações comerciais brasileiras com seus principais parceiros econômicos até então. (COSTA, 2010, p. 16).

O Brasil tendo sua principal renda vinda das agro exportações, tornou-se um país dependente do capital estrangeiro, fato esse preocupante pois no início da década de 1910 teve início a Primeira Guerra Mundial. O conflito trouxe instabilidade para a produção cafeicultora brasileira, já que os principais países que importavam o grão eram os EUA e o continente europeu, e foram os principais envolvidos nesse conflito, que com a guerra começaram a voltar suas economias para a produção bélica e alimentos essenciais.

As exportações brasileiras começam a diminuir drasticamente. Grãos de café ficaram estocados em vários portos, algumas toneladas foram perdidas, pois

estragaram, outra parte vendida no próprio país por preços muito abaixo do mercado da época.

Em 1929 teve início a crise conhecida como a Grande Depressão, crise essa que trouxe para vários países a baixa do PIB, desvalorização de suas moedas, taxa de desemprego elevada e as indústrias diminuindo suas produções, algumas parando por completo e até mesmo falindo. Para o Brasil, as importações que já estavam baixas devido a Primeira Guerra Mundial, diminuíram ainda mais afetando toda a economia e produção brasileira (BUSANELLO *et. al*, 2007).

Com a queda da lucratividade das exportações de café, a partir de 1929, os investimentos teriam se voltado para a produção de manufaturas para o mercado interno, dado também o efeito protecionista da violenta desvalorização contemporânea do mil-réis. (FURTADO, 1959, caps. 30-32).

A percepção de manter a maior parte da renda do país através da exportação começou a se tornar um risco para a economia brasileira, convergindo para um pensamento que as indústrias brasileiras precisavam de um fortalecimento doméstico.

Não menos importante, a crise se agravava mais ainda após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York entre 1929 e 1930, onde o mercado internacional começou a sentir negativamente, fato esse que perdurou por aproximadamente quatro anos.

Segundo Saviani (2007), a ideologia que permeava um novo projeto para o Brasil sustentava-se no desenvolvimento pela industrialização, que traria progresso, independência política e a emancipação econômica do Brasil.

No Brasil, a política era alicerçada predominantemente pelo setor primário sendo representada respectivamente pelas elites políticas de São Paulo e de Minas Gerais. Desta forma, havia uma alternância de poder entre esses estados, ora era São Paulo que indicava o presidente da república e na eleição seguinte o candidato era de Minas Gerais. Essa alternância de poder entre as elites desses estados ficou conhecida como política do “café-com-leite”.

Porém, nas eleições de 1930 a elite política de São Paulo apoiava o candidato a presidência Júlio Prestes do PRP – Partido Republicano Paulista e a elite política de Minas Gerais apoiava o candidato Antônio Carlos Ribeiro de Andrade do PRM – Partido Republicano Mineiro. Não houve consenso entre paulistas e mineiros, pois ambos queriam seu candidato na presidência da república, portanto o

desentendimento entre essas elites acabou com o rompimento do acordo do “café-com-leite”. (COTRIM, 2005).

O rompimento do acordo entre os partidários do PRP e do PRM acabou por fortalecer a oposição que não concordava com a política do “café-com-leite” e assim surgiu como proposta de renovação política a Aliança Liberal que reunia as lideranças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, lideranças que faziam oposição ao acordo.

A Aliança Liberal lançou como candidato o advogado e governador gaúcho Getúlio Dornelles Vargas e para vice-presidente o paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o então governador da Paraíba.

As eleições de 1930 foram polarizadas entre os candidatos do PRP Júlio Prestes e o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas. Júlio Prestes saiu vitorioso das urnas, porém a oposição creditou sua vitória a fraudes no processo eleitoral causando assim um rebuliço na área política. A Aliança Liberal se recusava a aceitar a vitória de Júlio Prestes. Várias manifestações de revolta começaram a acontecer no país, e não eram somente os políticos que estavam inconformados com a vitória de Júlio Prestes à presidência, também se revoltaram operários, militares, profissionais liberais entre outros grupos. (COTRIM, 2005).

Essa revolta com a vitória duvidosa, segundo os opositores, de Júlio Prestes ganhou corpo quando João Pessoa vice de Getúlio Vargas em 26 de junho de 1930 foi assassinado no centro de Recife. O motivo do assassinato foi político-pessoal, porém ganhou repercussão e tomou ares de crime eleitoral, o que levou a oposição a solicitar o impedimento da posse de Júlio Prestes como presidente eleito da república.

Com base nesses argumentos e temendo uma guerra civil que já havia iniciado, os generais Mena Barreto e Tasso Fragoso liderando militares do Rio de Janeiro, estado que sediava a sede do governo brasileiro, resolveram e depuseram Washington Luís, então presidente da república que iria passar o cargo de presidente a Júlio Prestes em algumas semanas. Com essa deposição do presidente Washington Luís, o grupo militar entregou o poder e instituiu como presidente da república o então

candidato derrotado nas urnas, Getúlio Vargas. Essa ação ficou conhecida como a “Revolução de 1930” (COTRIM, 2005).²

2.2 A era Vargas

A chamada era Vargas foi pela constante presença de Getúlio Vargas no poder. Em três momentos sequenciais Vargas comandou a nação com apoio dos militares que lhe deram condições de governabilidade e num quarto mandato como presidente eleito pelo voto direto.

Momentos esses que Getúlio de várias formas influencia o setor industrial brasileiro trilhando um contexto que converge para a criação do Senai.

2.2.1 O Governo Provisório – 1930 a 1934

Getúlio Vargas chegou ao poder como Presidente da República em 1930 e assim começou a governar com o foco no desenvolvimento do país. Vargas governou o Brasil por cerca de 15 anos de forma contínua. Em seu primeiro governo denominado de Governo Provisório, a principal preocupação era de alguma forma reorganizar a vida política do Brasil. Para isso, ele centralizou o poder em sua figura: foram eliminados a nível federal, estadual e municipal diversos órgãos legislativos. Como teve o auxílio decisivo dos militares para a Revolução de 1930, ele inseriu no governo diversos tenentes e esta atitude causou descontentamento entre a velha elite política, principalmente de São Paulo. Desta forma, os paulistanos foram convocados para que pressionassem Vargas e que ele instituisse uma Assembleia Constituinte. Essa reivindicação deu origem a Revolução Constitucionalista de 1932.

Os revoltados foram derrotados pelas tropas leais ao governo e mesmo assim Vargas atendeu à solicitação que era a instalação de uma Assembleia Constituinte. Em 1934 uma nova Constituição foi promulgada, e esta deu amplos poderes ao poder executivo, adotando medidas democráticas, deu início às mudanças necessárias que criaram a base para a legislação trabalhista. Além dessas mudanças foram instituídos o voto secreto e a autorização para que as mulheres também votassem. Com essas

² O período getulista é dividido pelos historiadores em três fases: Governo Provisório (1930 a 1934); Governo Constitucional (1934 a 1937) e Governo Ditatorial (1937 a 1945).
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>

mudanças significativas para o Brasil na época, Vargas ganhou apoio da população e da maioria dos políticos que ficaram satisfeitos e assim ele garantiu mais um mandato como chefe da nação.

2.2.2 O Governo Constitucional – 1934 a 1937

O segundo mandato de Getúlio Vargas à frente do poder executivo enfrentou a insatisfação dos opositores, que tentaram um golpe articulado junto às instituições militares em Natal, Rio de Janeiro e Recife, e logo depois foram derrotados pelas tropas fiéis ao governo. Aproveitando-se desse episódio e buscando cada vez mais a centralização do poder, Vargas declarou estado de sítio³. Desta forma conseguiu poderes para perseguir seus inimigos na tentativa de desarticular o movimento de seus opositores.

Usando como pretexto a ameaça que estava sofrendo, cancelou a eleição que deveria ser realizada em 1937. Mas uma tentativa de golpe que ficou conhecido como Plano Cohen ajudou a reforçar o discurso de Vargas, de que o Brasil estava sob forte ameaça e utilizando-se desse artifício ele dissolveu o Poder Legislativo e anulou a Constituição de 1934, passando então a governar com amplos e absolutos poderes, iniciando a era do Estado Novo.

2.2.3 O Governo Ditatorial – O Estado Novo – 1937 a 1945

O Estado Novo foi anunciado pelo próprio Getúlio Vargas em cadeia nacional de rádio, sob o pretexto de haver um plano comunista para tomar o poder no país. Foi outorgada uma nova Constituição que ampliou os poderes do presidente e inaugurou um período de ditadura que recebeu o apoio dos militares e de uma grande parcela da população.

³ O Estado de Sítio é um instrumento burocrático e político sobre o qual o chefe de Estado – que, no Brasil, é o(a) Presidente da República – suspende por um período temporário a atuação dos poderes legislativo (deputados e senadores) e judiciário. Trata-se de um recurso emergencial que não pode ser utilizado para fins pessoais ou de disputa pelo poder, mas apenas para agilizar as ações governamentais em períodos de grande urgência e necessidade de eficiência do Estado.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm>

O apoio da população veio por meio de medidas econômicas que privilegiavam a indústria nacional e a implantação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que deu origem a Carteira de Trabalho, dando mais segurança aos trabalhadores. Lançou também o Código Penal e o Código de Processo Penal. Instituiu também o salário mínimo e o descanso semanal remunerado. Essas iniciativas lhe renderam o carinhoso apelido de “Pai do Povo”.

Vargas deu prioridade para as indústrias nacionais. Na década de 1940 criou grandes e importantes empresas nacionais. Em 1940 criou a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce, e não podemos deixar de lado também a criação do Senai nesse mesmo ano, onde iremos explicar melhor esse fato adiante. Em 1943, além da criação da Fábrica Nacional de Motores ocorreu também ampliação da Lei Trabalhista com a criação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943 (BRASIL, 1943). Lei essa que regulamentou a carteira profissional, determinou a jornada semanal, atualização do salário mínimo, férias remuneradas, entre outros. E em 1945 a grande Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

Esses fatos tornaram Vargas um personagem importante no processo de industrialização brasileira. Ele tinha um pensamento e uma convicção de que a independência econômica do Brasil estava na industrialização nacional, e que a sociedade sairia do subdesenvolvimento através do investimento de capital interno.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo composto por Alemanha, Itália e o Japão, foram controversos pois o Brasil era dependente economicamente dos Estados Unidos, porém o estilo político de Vargas era semelhante ao da Alemanha. As ações que Vargas tomou em decorrência da Guerra como a extradição de brasileiros para a Alemanha e a prisão de alguns políticos que receberam o indulto com o final do conflito, acabou por gerar insatisfações no meio político e Getúlio Vargas foi pressionado e acabou cedendo a convocar eleições gerais, que foram vencidas pelo candidato que tinha o apoio do governo federal. Assim assume a presidência em 1946, Eurico Gaspar Dutra candidato do PSD (Partido Social Democrático), e chegava ao fim a sequência de três mandatos da chamada Era Vargas, porém, Getúlio voltaria em 1951 pelo voto direto.

A Era Vargas em seus três momentos proporcionou diversos avanços para a classe trabalhadora do Brasil. A sociedade na década de 1940 passou por uma

transformação influenciada também pela Segunda Guerra Mundial. Antes do conflito o aspecto social do Brasil era dividido em duas classes distintas: de um lado tínhamos um grupo, pequeno e seleto, que detinha maior parte da riqueza do país, e do outro lado um grupo mais numeroso: os trabalhadores, que eram muito desvalorizados e subdesenvolvidos.

Segundo Mamigonian (2005), a chegada dos imigrantes que vinham fugidos da Segunda Guerra mudou esse cenário, constituindo uma classe média onde começaram a trabalhar em diversas indústrias brasileiras e assim fabricando produtos que eles mesmos poderiam consumir mais tarde.

A sociedade brasileira tradicional, como existia no século XIX não possuía condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial. Os imigrantes europeus e asiáticos que se introduziram no Brasil constituíram-se no sangue novo que faltava: inseriram-se como classe média de considerável capacidade de produção e consumo que cresceu mais e modificou nitidamente o conjunto da vida brasileira, provocando nosso ingresso num capitalismo do tipo europeu do século XIX. (MAMIGONIAN, 2005, p. 3)

Os efeitos dessa imigração só foram sentidos anos mais tarde. Por volta da década de 1950, tinham aproximadamente, em São Paulo, 488.633 mil funcionários nas indústrias, com a vinda dos imigrantes. Já em 1960 essa quantidade dobra para 647.244 mil, produzindo, segundo Pereira (1967), uma miscigenação que trouxe alterações na sociedade brasileira, cultural, geográfica, racial e claro nas indústrias. De acordo com Mello (1990) essa influência foi tão forte que de 1955 para 1956 houve uma mudança da fase da industrialização, sendo restringida somente à industrialização pesada.

2.3 A Redemocratização

No ano de 1946 quando o quadro político no Brasil mudou, os investimentos e toda atenção do governo para as indústrias foram diminuídos, pois nesse ano assumiu a presidência da república o Marechal do Exército, Eurico Gaspar Dutra com um governo mais conservador e repressor em questões trabalhistas e sindicais, segundo Magalhães (2007). Dutra ainda em seu governo abriu o mercado para vinda dos produtos importados, alinhou-se com os EUA na Guerra Fria e a opressão contra os

trabalhadores e os comunistas aumentaram. Dutra governou o Brasil de 1946 a 1951 e teve um governo marcado pela perseguição aos comunistas, proibiu os jogos de azar, determinou o fechamento de cassinos que havia no Brasil e promoveu a aproximação com os Estados Unidos.

2.4 O Governo Democrático – 1951 a 1954

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas assumiu a presidência novamente, mas dessa vez eleito por voto direto. Em seu quarto governo, Vargas tinha como principal missão a recuperação da economia nacional. Foi o período da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE⁴, a Petrobrás e a Eletrobrás, sem contar ainda com o reajuste do salário dos trabalhadores, os quais fizeram duas Greves Gerais. Vargas então aceitou uma proposta de João Goulart que era o ministro do trabalho em um reajuste de 100%. Nesse momento, a situação de Vargas começou a decair.

A década de 1950 no Brasil foi marcada por grandes acontecimentos e mudanças. Ficou conhecido como anos dourados, devido ao otimismo da população, em uma melhora de vida, da economia e o crescimento do capitalismo decorrente da divisão do mundo em dois grandes grupos: o capitalista liderado pelo EUA e o socialismo liderado pela URSS. E o Brasil optando pelo apoio ao bloco capitalista, trouxe novos ares depois de tantas destruições causadas pelas duas grandes guerras.

O cenário otimista nessa década é perceptível pelas paisagens urbanas, com a construção de edifícios, os famosos arranha céus, e a construção de casas fora dos padrões simples da época, as indústrias se modernizando, e como dito antes, a influência dos estrangeiros que começaram a modificar seja cenário e até mesmo a cultura com costumes vindos da Europa. (KORNIS, FGV CPDOC, 2017).

O início da década de 1950 trouxe o desenvolvimento tecnológico vindo dos grandes conflitos. Influências essas que mudaram o rumo da industrialização brasileira para melhor, porém nem tudo caminhava bem, pois Vargas ainda no poder passava por graves problemas.

⁴ Inicialmente não havia o “S”, que acrescentado no início dos anos 1980 que foi marcado pela integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento. A mudança se refletiu no nome do Banco, que, em 1982, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fonte: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>>.

Já um pouco antes da metade da década de 1950 Vargas começou a enfrentar graves problemas: restrições econômicas estrangeiras que se agravavam com a eclosão da Guerra Fria, a falta de energia nos principais estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal, somado com algumas acusações: “você lembra do reajuste salarial de 100% que Vargas fez aos operários?” acusando-o de que com esse reajuste ele estaria “comprando” os trabalhadores. Ato esse que fez acusações surgirem, que o presidente estaria se aliando aos comunistas, sem contar os órgãos de imprensa que acusavam Getúlio a cada semana de um escândalo diferente.

Nesse meio do turbilhão surgiu um jornalista chamado Carlos Lacerda, desafeto de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1954 Lacerda e o major Rubens Vaz sofreram um atentado. O major morreu e Lacerda escapou com vida. Mais tarde foi descoberto que o criminoso era o chefe de guarda pessoal de Getúlio Vargas. Lacerda então passou a acusar Getúlio como o mandante do atentado.

Em 1954, o Brigadeiro Eduardo Gomes junto a alguns militares escreveu um manifesto pedindo a renúncia de Getúlio Vargas. Ele não aceitou. Movimento esse que levou Vargas a um dos momentos mais radicais e trágicos na história do Brasil: no dia 24 de agosto de 1954 o então presidente do Brasil Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no coração. (CAPUTO; MELO, 2009). O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência da república.

2.5 O Governo Juscelino Kubistchek – 1956 a 1961

Nas eleições no final do ano de 1955, Juscelino Kubitschek, conhecido por JK, foi eleito presidente do Brasil. JK assumiu a presidência do país em 31 de janeiro de 1956. Ele assim como Vargas, mudaria a história do Brasil e o processo de industrialização em poucos anos.

O contraponto de JK estava baseado na valorização da indústria nacional, porém com aporte de capital estrangeiro, diferente de Vargas que mesmo recebendo financiamentos externos era mais nacionalista e acreditava no fortalecimento da indústria nacional e do desenvolvimento socioeconômico por meio de investimentos internos.

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si mesmo, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Mais ainda, determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão-de-obra que se formam nos campos.

A introdução de técnicas mais aprimoradas de lavoura e de pecuária, a mecanização, a adubagem, a irrigação e os processos científicos de seleção e defesa sanitária das plantas e animais conduzem a melhores safras e tendem a reduzir o volume de mão-de-obra correspondente a uma determinada produção. Cria-se, em consequência, um excedente de população, que fica disponível para outras atividades. Só a industrialização poderá absorver esse excedente, proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para melhoria de seu padrão de vida. O êxodo rural será um sintoma de progresso se tiver como causa real um aumento de produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos. (KUBITSCHKEK, 1955, p. 18).

Ambos apostavam na industrialização como o crescimento econômico para as classes inferiores, porém com uma diferença: Vargas acreditava na independência das indústrias brasileiras, já JK acreditava também na necessidade de fortalecimento da indústria nacional, porém tinha a consciência de que dificilmente conseguiria tal feito sem a ajuda do capital vindo de fora.

Por esse motivo, nos pronunciamentos de Juscelino Kubitschek de Oliveira surgiram frequentemente, de par em par, o conceito de industrialização e a ideia de capital estrangeiro. Para ele, não se tratava nunca de entidades incompatíveis, ou entre as quais pudessem surgir tensões. Isto é, devido à convicção política que se fundamentava a sua política de desenvolvimento econômico, industrialização e capital estrangeiro eram noções conjugadas. (IANNI, 1979, p. 183).

O governo de JK começou de forma agitada e aparentemente revolucionária trazendo uma certa esperança de melhoria para a população brasileira, alguns indícios provaram que a situação do país melhorou na economia, na educação ou na industrialização. Juscelino começou seu novo mandato com o slogan “50 anos em 5”, ou seja, 50 anos de atraso para o país, ele recuperaria em cinco anos.

Em 31 de janeiro do ano de 1956, tomava posse na presidência do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira, com o seu “Plano de Metas”, instituído por um órgão incumbido de delinear a estratégia de

desenvolvimento para o Brasil, o Conselho de Desenvolvimento, órgão inteiramente subordinado ao presidente, com o lema “50 anos em 5”. Diante disto, a política seguida priorizou a industrialização acelerada, os investimentos em infraestrutura de transportes, além da concepção da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a construção da nova capital Brasília (POMPEU, 2017, p. 8).

Com toda essa política aliada à ideologia de que o capital estrangeiro investido na industrialização seria a solução para o crescimento socioeconômico brasileiro, JK começou a trabalhar para que isso saísse do papel e se tornasse realidade, mais uma vez, o fator externo influenciou a economia brasileira.

O governo Juscelino embora destinasse investimentos para as indústrias de base, como as que fabricavam bens de consumo duráveis e não duráveis, mostrou-se mais interessado e, conseqüentemente, deu mais atenção aos investimentos para a indústria automobilística, o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Juscelino Kubitschek tinha como norteador de sua governabilidade um “Plano de Metas” que tinha 30 propostas que deveriam ser concluídas no período de seu mandato (1956 – 1960). Entre essas metas havia os investimentos em indústrias automobilísticas, o investimento pelo capital estrangeiro, o desenvolvimento do estado e uma das principais metas: a construção da nova capital brasileira, Brasília.

O trabalho do Conselho de Desenvolvimento definiu as 30 metas do programa, conforme Faro e Silva (2002), estas foram divididas da seguinte forma, de acordo com cinco setores da economia: Energia (metas 1 a 5); Transportes (metas 6 a 12); Alimentação (metas 13 a 18); Indústrias de Base (metas 19 a 29) e Educação (meta 30). A construção de Brasília, como já citado, foi chamada de meta-síntese e incluída ao final da elaboração do Plano de Metas. O desenvolvimento da indústria automobilística, foco deste estudo, recebeu a meta de número 27 (POMPEU, 2017, p. 8).

JK em seu governo tinha como objetivo transformar o Brasil, grandiosa e rapidamente, como já estava no slogan “50 anos em 5”, mudanças essas que segundo Mello (1990) viriam com a vinda de indústrias automobilísticas, a criação do Ministério das Minas e Energia, do Conselho Nacional do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Conselho Nacional de Energia Nuclear, a ampliação das usinas hidrelétricas, da indústria de aço e por último e não menos importante, a construção de Brasília.

Para um desenvolvimento econômico, JK convenceu todos que as indústrias automobilísticas iriam trazer o desenvolvimento que o Brasil esperava. Segundo Bresciani (2003, p.126) “em se tratando especificamente da indústria automobilística, os investimentos acabaram por originar demanda no segmento de autopeças, borrachas, vidros e minérios”. Ou seja, se as indústrias automobilísticas tivessem maior expansão, maior seria a demanda desses materiais, aumentando assim as empresas fornecedoras e conseqüentemente a mão de obra.

O plano de Meta nº 27, vinha com o título “Indústria Automobilística”, prioridade no governo JK. Para dar base às indústrias automobilísticas brasileiras, o presidente precisou de respaldo para garantir que essa meta fosse cumprida. Segundo Villela e Baer (1980), em 16 de junho de 1956, assim que assumiu o poder, JK assinou o decreto que autorizou a criação da indústria automobilística no Brasil e criou também o GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Esse órgão tinha como obrigação a orientação, supervisão, análise, recomendações entre outros fatores com as indústrias de automóveis. (BRASIL, 1956).

O governo sabia que o capital estrangeiro ajudaria muito na expansão das indústrias, mas em algum momento essas mesmas empresas teriam que caminhar com suas próprias pernas, ou seja, as indústrias automobilísticas em um momento iriam parar de importar tecnologia, peças e o dinheiro para sua produção, esses três itens seriam nacionais e para essa transformação a GEIA seria fundamental.

De acordo com Amsden (2009 apud POMPEU, 2017, p. 27),

As montadoras tinham de acompanhar um cronograma de conteúdo interno muito audacioso para serem elegíveis para a completa gama de subsídios financeiros. A cada ano, seus automóveis tinham de conter uma percentualidade maior de itens adquiridos internamente. Em 1º de julho do ano de 1960, os caminhões e veículos utilitários necessitavam possuir 90% de conteúdo nacional, e os jipes e carros, 95%.

Ainda segundo Pompeu (2017, p. 26),

O GEIA, sendo assim, ficaria responsável não apenas por dar estímulos à industrialização do setor, porém, igualmente por fiscalizar as metas e condições pré-estabelecidas. A nacionalização do procedimento produtivo foi, de fato, a principal meta no período. Conforme Caputo e Melo (2002, p. 108), “a Volkswagen foi a primeira montadora de veículos a submeter um projeto de instalação no Brasil ao GEIA”, de maneira que o BNDE adequou condições atrativas para

estimular a implementação, e, do mesmo modo, aproximar a chegada de demais empresas do mesmo segmento. Compete lembrar que, vários projetos foram submetidos ao GEIA, todavia, grande parte deles representavam interesse na produção de veículos pesados, como caminhões; “a Volkswagen foi a primeira montadora de automóveis a se instalar no Brasil, e seu primeiro veículo fabricado foi a Kombi”.

Diversas empresas começaram a ver o Brasil como um campo fértil para suas marcas. De acordo com Pompeu (2017, p. 27),

Diversas empresas tiveram seus projetos analisados e aprovados no GEIA, como por exemplo a General Motors com caminhão médio e leve, a Ford Motor Co. Exports com caminhão médio e leve, a Mercedes-Benz do Brasil com caminhão médio e pesado e ônibus, a Toyota do Brasil fabricando Jipe, a Scania - Vabis do Brasil caminhão pesado, a Willys – Overland Jipe, utilitário e carro de passeio, entre outras empresas.

No governo de JK o crescimento foi exponencial. Segundo estudos, o Brasil crescia economicamente e sua infraestrutura também, cerca de 8% ao ano, a indústria automobilística liderando esse crescimento. Segundo dados da Anfavea (2015), em 1957 o Brasil produziu 10.000 veículos em 1958 a produção foi de 20.000 unidades em 1959 40.000, já em 1960, 25.000 produzidos e em 1961 a produção chegou a 70.000 veículos produzidos, sem contar os caminhões.

A meta do presidente era produzir cerca de 347 mil veículos. Ao fim de seu governo, as indústrias brasileiras produziram 321 mil veículos. Para uma quantidade tão grande de automóveis sendo fabricados, a necessidade de ruas e estradas iria aumentar, tudo estava ligado a demanda, em suas promessas JK disse que faria 10 mil quilômetros de estradas, e entregou 13 mil ao todo. Por outro lado, o presidente deixou de lado as ferrovias, que até hoje sente-se os resquícios desse abandono refletido nos custos de transporte, onerando o frete e conseqüentemente deixando os produtos mais caros na mesa do trabalhador. Quadro esse que poderia ser diferente se o Brasil optasse pelo transporte ferroviário, que reduziria o valor do frete e como resultado uma produção mais barata.

Não se pode deixar de lado também a construção de Brasília, uma das grandes promessas de JK. A construção da nova capital do Brasil, chamada de Brasília. As obras da nova capital rendeu emprego, desenvolvimento e algo que os opositores do presidente diziam que era loucura e jamais ficaria pronta, ainda em seu governo no dia 21 de abril de 1960 foi inaugurada a cidade de Brasília.

Abrir o mercado e deixar o capital estrangeiro ser injetado nas indústrias automobilísticas fez o processo industrial dar um salto gigantesco, porém não permitiu o Brasil ter uma autonomia industrial.

O governo de JK deu prioridade aos estrangeiros, a partir do momento que as indústrias multinacionais começaram a se instalar no Brasil e com suas matrizes no exterior enxertando dinheiro em suas filiais aqui, isso começou a causar a desnacionalização brasileira, já que o investimento ia para as empresas estrangeiras e não mais para as nacionais.

Segundo Benevides (1979, p. 173), “um bom exemplo disto, foi a quebra de uma companhia automobilística nacional, a Vemag, que não conseguiu sobreviver à concorrência com as montadoras Volkswagen e Simca”.

E cada vez mais a indústria nacional perdeu mercado. Algumas começaram a falir ou fechar as portas, parando 100% de suas produções, já por outro lado as empresas internacionais cresceram cada vez mais explorando a falta de tecnologia e mão de obra barata e nacional, pois com as empresas brasileiras fechando, o Brasil não teve outra escolha a não ser se render a dependência das indústrias multinacionais.

JK, por um lado, permitiu um desenvolvimento econômico rápido – um salto quantitativo e qualitativo que pôs o país em um novo nível de industrialização, com visíveis expectativas de superação do subdesenvolvimento -, entretanto, por outro lado, aumentou as desigualdades regionais e enfraqueceu o já precário empresariado nacional, ao relegar na prática a um quase segundo plano as organizações brasileiras. (BENEVIDES, 1979, p. 173).

Mesmo com toda a expansão industrial e crescimento do Brasil, as indústrias nacionais não tinham a mesma tecnologia que as estrangeiras, seu custo de produção era maior e conseqüentemente a sua competitividade caía drasticamente, fora a desigualdade social, que mais tarde desencadeou graves crises.

A ideia e convicção de JK em desenvolver o país com indústrias nacionais através do capital estrangeiro não deu certo, as empresas multinacionais chegaram e acabaram com a nacionalização das empresas, mas esse desvio de ideologia não tirou o mérito do avanço que o processo de industrialização teve no governo de Juscelino, independente das falhas da gestão e objetivo desse governo, toda essa

modernização vinda do exterior, começou a exigir uma qualificação especializada, técnica e eficiente.

2.6 Contexto da industrialização em Sorocaba – 1930 a 1942

Em 1930 Sorocaba já era uma importante cidade industrializada recebendo anos antes o apelido de Manchester Paulista em referência a cidade de Manchester na Inglaterra. O processo de industrialização das indústrias têxteis da cidade de Sorocaba remonta a Guerra de Secessão⁵ nos Estados Unidos devido a qual a exportação de algodão para a Inglaterra foi restringida pelo governo norte americano. Isso contribuiu para que o Brasil intensificasse a produção nacional de algodão, diversos incentivos foram dados para que os agricultores brasileiros cultivassem o algodão para exportar ao Reino Unido.

A época da Guerra da Secessão com o incremento na produção do algodão atrelada as vantagens proporcionadas pela política do Encilhamento⁶ foram instaladas em Sorocaba diversas fábricas para o beneficiamento do algodão e seus derivados. Fábricas essas que foram construídas de forma estratégica próximo à Estrada de Ferro Sorocabana que anos antes transportavam as produções de algodão.

Com o fim da Guerra da Secessão nos Estados Unidos as vendas e o preço do algodão no mercado externo caíram, porém em Sorocaba que já contava com várias fábricas beneficiadoras do algodão e seus derivados, o algodão continuou a ser plantado e comercializado e é o que deu origem a inúmeras fabricas têxteis. Agora com a alta produção das indústrias têxteis, o tecido era o principal produto transportado pelas malhas da Estrada de Ferro Sorocabana.

Segundo Carone (2000), em Sorocaba foram instaladas as seguintes fábricas dedicadas ao ramo da tecelagem: em 1882 a Indústria Nossa Senhora do Carmo na

⁵ A Guerra de Secessão, também conhecida como Guerra Civil Americana, aconteceu entre 1861 e 1865, entre o norte e o sul dos Estados Unidos. Esse conflito trouxe grande destruição, sobretudo para o sul do país, afetando diretamente sua economia e resultando em um saldo aproximado de 600 mil mortos. (Fonte: O que foi a Guerra da Secessão? Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-guerra-secessao.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2019).

⁶ O Encilhamento foi uma política econômica implementada por um diplomata e escritor, Rui Barbosa, no período conhecido como República Velha. Figura destacada na política, Rui Barbosa exerceu o cargo de Ministro da Fazenda durante o Governo Provisório (1889 a 1891) do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, propondo assim, uma nova medida para impulsionar a economia do país. (Fonte: Encilhamento. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/encilhamento/>>. Acesso em 27 dez. 2019).

região central da cidade, em 1896 a Fábrica de Tecidos Santa Maria no Além Ponte, em 1890 no bairro do Votorantim a Fábrica de Tecidos Votorantim e em 1895 a Fábrica de Tecidos Santa Rosália no Além Linha, sendo que posteriormente surgiu a Cianê – Companhia Nacional de Estamparia que agregou a Santa Maria e a Fábrica de Tecidos Santo Antônio construída em 1913, vizinha à Fábrica de Tecidos Nossa Senhora do Carmo na região central da cidade.

Conforme Santos (1999), havia na cidade de Sorocaba diversas indústrias das mais variadas atividades, porém o que predominava na paisagem eram as chaminés das fábricas de tecidos, sendo que as cinco maiores eram conforme tabela 1, responsáveis pelo emprego de aproximadamente 8.667 trabalhadores em 1937.

Com essa força produtiva, as fábricas se depararam com um problema decorrente da Primeira Guerra Mundial: a escassez de mão de obra especializada, pois era recorrente no Brasil que se importasse esse tipo de mão de obra. Porém, devido a essa escassez tornou-se prioridade para o governo e industriais que se formasse mão de obra com conhecimento técnico e assim não houvesse mais a dependência da importação de profissionais estrangeiros.

Tabela 1 - Estrutura produtiva das principais fábricas de Sorocaba em 1937

Fábrica	Local	Nº de Funcionários
Votorantim	Bairro Votorantim	3.500
Santo Antônio	Centro	2.150
Santa Rosália	Vila Santa Rosália	1.037
Santa Maria	Além Ponte	1.144
Nossa S^a do Carmo	Centro	836
TOTAL		8.667

Fonte: Santos, 1999.

A respeito da importação de mão de obra especializada, surge a necessidade de formação de profissionais brasileiros para que definitivamente o Brasil deixasse de depender da importação de profissionais.

Conforme Romanelli, (2003, p. 155),

Este é o aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela uma preocupação do Governo de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-los a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação

profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-los adequadamente.

Ademais, é conveniente lembrar que a época exigia uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão de obra dos países europeus para o Brasil.

Era comum a importação de mão de obra especializada, porém devido a guerra essa modalidade tornou-se impraticável, fazendo com que o governo e os empresários encontrassem uma solução caseira para contornar o problema. Com esse problema em mãos, o governo estudava a possibilidade de formar mão de obra técnica e especializada. Começou então os estudos que culminaram com a criação do Senai.

O número de trabalhadores crescia em Sorocaba, o que reflete o crescimento da indústria têxtil na cidade, conforme mostra a tabela 2. Segundo os dados do Censo de 1940, Sorocaba aparecia em sexto lugar quando classificada por número de indústrias. Na época do Censo, a cidade tinha 138 indústrias em diversas categorias, ficando atrás de São Paulo com 4.335 indústrias, Santo André com 313 indústrias, Campinas com 238, Santos com 224 e Ribeirão Preto com 140 indústrias.

Tabela 2 - Dados do Censo de 1940 – Estado de São Paulo – Ordem por número de indústrias

Ordem	Município	Nº de Indústrias	Nº de Funcionários
1º	São Paulo	4.335	174.367
2º	Santo André	313	22.183
3º	Campinas	238	6.627
4º	Santos	224	9.173
5º	Ribeirão Preto	140	2.730
6º	Sorocaba	138	10.921
7º	Piracicaba	100	3.467
8º	Limeira	100	3.299

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1940). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t3_sp.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

Porém, quando se analisa o Censo de 1940 considerando o número de trabalhadores empregados na indústria, conforme tabela 3, Sorocaba configura em terceiro lugar com 10.921 trabalhadores. Ficando atrás somente de São Paulo com 174.367 trabalhadores e Santo André com 22.183 trabalhadores.

Tabela 3 - Dados do Censo de 1940 – Estado de São Paulo – Ordem por número de pessoal ocupado (funcionários)

Ordem	Município	Nº de Indústrias	Nº de Funcionários
1º	São Paulo	4.335	174.367
2º	Santo André	313	22.183
3º	Sorocaba	138	10.921
4º	Santos	224	9.173
5º	Campinas	238	6.627
6º	Piracicaba	100	3.467
7º	Limeira	100	3.299
8º	Ribeirão Preto	140	2.730

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1940). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t3_sp.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

Esse número expressivo de trabalhadores sorocabanos justificaria a instalação de uma escola Senai na cidade.

De acordo com Negri; Gonçalves e Cano (1988), além da capital São Paulo ser uma das principais forças da produtividade no país, as regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto eram grandes responsáveis por parte da produção industrial, segundo dados levantados cerca de 26,7% dos operários de todo o estado estavam concentrados nessas regiões, porcentagem essa correspondente a 91,6% do total do interior.

Ainda segundo os autores, a região do município de Sorocaba era uma referência na indústria têxtil com um total de 17.494 operários, sendo 14.319 desses trabalhadores das fábricas de tecelagem que contabilizava um total de 19 empresas, cerca de 21,7% dos operários de todo estado de São Paulo.

É nesse contexto que o Senai vê em Sorocaba um campo fértil para a instalação de uma escola. Alguns registros apontam a vinda da escola entre o final da década de 1950 e início da década de 1960.

3 O ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL – 1930 A 1962

A necessidade de se aprender um ofício ou o ensino profissionalizante é muito mais antigo que a própria massificação do trabalho industrial. Necessidade essa que sempre se manteve junto com o aspecto do trabalho e o seu volume. Para contextualizar a necessidade da criação do Senai, faz-se necessário entender o surgimento desse estabelecimento de ensino profissionalizante.

O Brasil dependia quase que exclusivamente de produtos importados, porém durante a Primeira Guerra Mundial a dependência desses produtos causou muitos transtornos e o governo incentivou a importação de maquinários para atender a demanda interna de produtos, junto a esse maquinário também importavam mão de obra especializada que tinha a missão de montar e operar essas máquinas. Acontece que esses técnicos importados não transmitiam seu conhecimento e assim detinham o saber operar as máquinas.

De acordo com Cunha (2000, p. 6),

A partir daí, e até as décadas de 20 e 30 do século XX, a complexificação da maquinaria trazida, pelo processo de industrialização, passa a exigir mão-de-obra qualificada, obrigando, de imediato, a busca de operários no exterior. Esta solução de caráter imediatista trouxe dois inconvenientes. Primeiro, os operários contratados não transferiam seus conhecimentos aos trabalhadores locais, tomando para si o poder de operação das máquinas, o que acarretava aumento do valor da sua força de trabalho. Segundo, traziam consigo práticas e ideias, consideradas contra a ordem estabelecida, como, por exemplo, a ideia da organização sindical, paralisação da produção, como poder de barganha pela melhoria de salários, das condições de trabalho. Neste sentido, surge a valorização do trabalho "do elemento nacional", ou seja, é "preciso valorizar a busca da qualificação profissional como algo que dignificava o trabalhador, algo que ele desejasse para seus filhos, não como um destino fatal, mas como algo dotado de valor próprio. Para tanto, o ensino profissional teria de deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes".

A Segunda Guerra Mundial fez com que a importação de mão de obra especializada, prática comum no Brasil, fosse restringida. A guerra estava funcionando como contentor de exportação desse tipo de mão de obra pelos países europeus, os esforços de guerra demandavam pessoal altamente especializado e técnico. Desta forma o Brasil se deparou com um problema que até então não configurava dentro das políticas do governo, que era a formação de mão de obra

técnica. O sistema educacional não estava preparado para tal missão, não havia professores e nem estrutura para tal empreitada.

Conforme Romanelli (2003, p. 155),

Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de mão de recursos humanos para a indústria, porque está se vinha provendo de mão de obra especializada, mediante importação de técnicos. O período de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados.

Além da importação de mão de obra, o Brasil importava também a maioria dos produtos consumidos pela população, as restrições impostas pela guerra criavam também oportunidades para os empresários brasileiros, porém por não haver técnicos nacionais disponíveis, a produção também era prejudicada.

Desta forma e mediante a necessidade da formação de mão de obra especializada e técnica, Roberto Mange, Armando Salles de Oliveira e mais alguns engenheiros ligados à Escola Politécnica de São Paulo, interessaram-se pela doutrina da Organização Racional do Trabalho que preconizava os ensinamentos de Frederick Taylor, culminando em 1931 com a fundação do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho. O IDORT tinha como base o taylorismo⁷ que pregava o combate ao desperdício no setor produtivo, racionalizando o uso de matéria prima, força de trabalho e de energia motriz, a consequente redução dos custos melhoraria a produtividade das indústrias e consequentemente a melhora dos salários. (CUNHA, 2000).

Ainda de acordo com Cunha (2000), em 1934 Roberto Mange apresentou um projeto de um Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP, o projeto foi elaborado por Mange e apresentado pelo IDORT às empresas ferroviárias, também foi apresentado ao governo estadual que representado pelo interventor Armando Salles de Oliveira foi prontamente aceito e operacionalizado por meio de um decreto. O CFESP tinha as séries metódicas como sua base principal.

⁷ O Taylorismo, também conhecido como Administração Científica, foi criado pelo engenheiro mecânico americano Frederick Taylor, em 1911, e visava empregar os trabalhadores da maneira mais eficiente possível. Essa teoria, também chamada de gerenciamento científico, foi a primeira a focar na otimização do fluxo de trabalho, sendo dividida entre análises e melhorias. Taylor dividiu a produção em movimentos individuais, analisando-os separadamente e cronometrava o tempo que o funcionário demorava para realizar cada função. (<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/taylorismo>).

Cinco empresas paulistas do ramo ferroviário foram as primeiras a aderir ao CFESP, o qual lhes prestava serviços como seleção de pessoal, assistência técnica e coordenação de aprendizagem sistemática junto às escolas profissionais que já existiam em diversos locais do estado. O governo ofereceu ao CFESP as instalações do SESP – Serviço de Ensino e Seleção Profissional, localizadas em Sorocaba e São Paulo. (CUNHA, 2000).

Todo esse contexto apresentado serviu de base para a criação do Senai. A prerrogativa era de que quando a demanda por um determinado produto aumentava por exemplo, a empresa precisava utilizar algumas estratégias: aumentar o fluxo de sua produção, aumentar os turnos de trabalho, comprar mais maquinários. Concomitantemente criava-se a necessidade de ter mais funcionários. Porém deparava-se muitas vezes com a oferta de mão de obra desqualificada, problema que poderia neutralizar a estratégia da empresa.

Nesse momento a necessidade do ensino profissional se mostrava forte e influenciador dentro do processo industrial. É nesse contexto que o Senai nasceu, porém não de uma forma tão simples assim, mas em um contexto de debates e disputas políticas.

Os caminhos para criação do Senai começaram a ser moldados no início da década de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, alavancando o processo de industrialização no Brasil.

Dando prioridade para as empresas nacionais, facilitando e diminuindo impostos, Vargas propunha diminuir a dependência econômica estrangeira que o Brasil tinha tempos atrás com a exportação dos grãos de café onde décadas anteriores a economia do Brasil era centrada na produção cafeeira.

Com o crescimento industrial de forma exponencial, a mão de obra bem qualificada tornou-se um bem necessário. Já que o conhecimento empírico dos funcionários que nasceram e conviveram com a confecção artesanal não seria mais compatível com a situação vigente, muito menos daria conta da alta demanda das empresas que começaram a se instalar no país, atraídos pela política de incentivo de Vargas. Empresas estrangeiras se instalaram no Brasil trazendo consigo a produção em massa e seriada e a necessidade de mão de obra especializada.

Em 1934 surgiu um personagem importante que trouxe incentivo ao ensino profissional sendo anos mais tarde fundamental para a criação do Senai. Seu nome é

Gustavo Capanema, escolhido e nomeado pelo próprio Getúlio Vargas em julho desse mesmo ano como Ministro da Educação e Saúde. Capanema foi ministro da Educação de 23 de julho de 1934 a 30 de outubro de 1945, e atuou durante onze anos nesse ministério. Foi responsável pelas chamadas Leis Orgânicas do Ensino, cuja intenção era estabelecer reformas nos ensinos primário, médio e industrial. A proposta de Capanema era aumentar a oferta de cursos profissionais e assim poder melhor qualificar os trabalhadores, dessa forma suprir a demanda que a indústria apresentava, essa proposta estava estampada no Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, decreto que organizou o ensino industrial no Brasil (ROMANELLI, 2003).

A Reforma Capanema foi assinada em 1942, porém já alguns anos antes da reforma proposta por Capanema, no dia 2 de maio de 1939 tinha sido o Decreto-Lei nº 1.238, tornando obrigatório que as empresas com mais de 500 funcionários tivessem refeitório e que também oferecessem aos seus funcionários cursos de aperfeiçoamento profissional (BRASIL, 1939).

Decreto este que não foi aplicado de imediato, pois ele foi fortemente criticado principalmente quanto à questão da criação dos cursos de aperfeiçoamento. Alguns dias após a edição desse decreto foi criado um grupo para estudar e discutir uma melhoria no projeto (SÃO PAULO, SENAI, 1991).

Diante da necessidade de se discutir o assunto com mais profundidade, Capanema formou um grupo para o auxiliar nessa tarefa. O grupo era composto por representantes das indústrias e do ensino profissional, como Joaquim Faria Góes Filho (Superintendente da Educação Secundária e Técnica do Distrito Federal); Artur Torres Filho (Diretor do Serviço de Economia Rural); Rodolfo Fuchs (Inspetor do Ensino Industrial); Leon Reunault (Diretor do Patronato Agrícola João Pinheiro); Lourenço Filho (Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos); Horácio da Silveira (Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo); Lafaiete Belfort Garcia (Diretor da Divisão de Ensino Comercial) e por último entra em cena Roberto Mange (do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional). Este último entrou um importante personagem que anos mais tarde teve sua relevância na criação do Senai (SÃO PAULO, SENAI, 1991).

O grupo produziu um relatório cujo conteúdo abordava a questão do ensino profissional, que teria como principal objetivo o aperfeiçoamento da mão de obra que

já existia nas indústrias, pois alguns sindicatos e empresas já estavam em processo de criação de novos cursos por conta própria, sem um padrão ou regulamentada por algum órgão. Outro tema levantado foi a questão do número de funcionários, ainda segundo Senai (2012, p. 142) “A FIESP considerava o Decreto nº 1.238 injusto, por diferenciar os trabalhadores das empresas com mais de 500 empregados.” O relatório abordava ainda temas como a preparação desses professores, sua formação, metodologia de ensino, método pedagógico entre outros.

Em meio a divergências e alterações que definiram os rumos do ensino profissional, uma divisão política começou a se manifestar no que diz respeito à educação profissional.

De um lado o Ministério da Educação representado por Capanema queria que a educação profissionalizante fosse responsabilidade do Estado e não das indústrias ou dos grandes empresários industriais, e também defendia que o operário ou aprendiz pudesse ter livre escolha do rumo que tomaria após o término do curso, pois segundo Capanema o aluno ao terminar o curso fatalmente ficaria preso profissionalmente em uma única empresa, e isso na visão dele era um problema a ser considerado. O aluno se sentiria em dívida para com a empresa e dessa forma poderia ser explorado por patrões inescrupulosos.

Ainda segundo Müller (2009), Capanema dizia que a educação profissional deveria ser responsabilidade do Ministério da Educação sem o intermédio da indústria, porém a presença dos representantes industriários na questão da educação profissionalizante vinha desde 1939.

Do outro lado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representado por Valdemar Falcão defendia um projeto que o ensino profissional tinha que ser responsabilidade das indústrias, pois dessa forma os cursos iriam iniciar de imediato, já que seria menos burocrático, sem contar a questão financeira, segundo o projeto, o dinheiro seria oriundo dos próprios empregadores, sem demandar grandes gastos dos cofres públicos.

Mesmo o ministro da Educação sendo contrário ao projeto, Getúlio Vargas aceitou a proposta Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e no dia 26 de julho de 1940 foi assinado o Decreto nº 6.029 que não revogava o anterior (nº 1.238), mas estabelecia que esses cursos profissionalizantes poderiam ser dentro da própria empresa ou em sua proximidade dando uma oportunidade para operários de outras

localidades, como sugeriu o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. (BRASIL, 1940).

Nesse contexto de conflitos e divergências destacam-se três fatos que foram essenciais e determinantes que levaram à criação do Senai, e ocorreram paralelamente ao mesmo tempo nos bastidores políticos e sociais.

O primeiro fato ocorreu em 1941, após o presidente Vargas se deparar com os problemas do Decreto nº 6.029. Ele nomeou uma comissão de representantes dos industriários para resolver as divergências e mais que isso, atendendo as reclamações e pedidos anteriores de Capanema, determinou que essa comissão “estudasse a criação de um organismo destinado ao ensino profissional dos aprendizes dos estabelecimentos fabris, dando ao caso uma solução melhor que a do decreto 6.029” (FONSECA, 1986).

A comissão era composta por Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Valentim Bouças que viram a necessidade de contarem com pessoas com experiências no setor da educação profissional. Foram convocados então João Luderitz, que em 1920, já tinha feito diversas análises em escolas profissionais, Joaquim Faria Góes Filho participou ativamente dos decretos anteriores relacionado ao ensino profissionalizante e por último Roberto Mange, além de toda sua experiência no setor de aprendizagem industrial, foi também consultor do Ministério da Educação, tornando-se um membro de muita valia.

Ao fim dos trabalhos essa comissão levou até Gustavo Capanema algumas propostas, tendo como principal referência o Decreto nº1.238, porém com abertura para novas propostas (BRASIL, 1939). Essa abertura a novas propostas era necessária pois a comissão sabia que Capanema não concordava com diversos itens dos decretos anteriores.

Entre as propostas da comissão se destacava a criação de um órgão que seria responsável pelo ensino profissional, denominado de Senafi (Serviço de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários), onde ainda segundo a proposta da comissão, seria bancado por uma taxa que cada empresa deveria a pagar. (SENAI, 2012)

O segundo fato que trilha o caminho para criação do Senai está relacionado a um convênio que o Brasil fez com os Estados Unidos. Em 1939 o Brasil mandou uma proposta para os Estados Unidos e outra para a Alemanha solicitando um empréstimo

para a construção da Usina Siderúrgica Nacional. Os Estados Unidos imediatamente aceitaram bancar o empréstimo para ajudar o Brasil a construir a usina, porque também havia o intuito de ter mais um país ao seu lado como aliado no conflito da Segunda Guerra.

Como parte do acordo para o empréstimo, os Estados Unidos enviaram ao Brasil em 1942 a Missão *Cooke*, chefiada por Morris Llewellyn Cooke composta por técnicos norte-americanos que tinham a incumbência de fazer uma análise e o levantamento das condições econômicas brasileiras. A missão também era composta por uma equipe brasileira com mais de cem técnicos e alguns industriais, entre eles João Alberto Lins de Barros. A missão brasileira ainda contava com Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. O objetivo dessa missão avaliar se o Brasil tinha potencial em colaborar como aliado dos Estados Unidos no conflito deflagrado na Europa.

“A Missão Cooke foi a primeira de uma série, prolongada anos mais tarde pela Missão Abbink (1948) e pelo grupo de técnicos norte-americanos que integrariam a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951)”. (CALLICHIO, CPDOC, 2019, p. 1).

Dessa missão também saiu a proposta para a participação do setor público nos investimentos, com a sugestão de um órgão regulador do mercado de capitais, essa proposta é considerada o embrião do que seria mais tarde a criação em 1952 do BNDE – Banco de Desenvolvimento Econômico cujo controle seria do Estado. (CALLICHIO, 2019).

Segundo Baer (1966) o resultado desse diagnóstico trouxe algumas informações negativas entre elas a falta de investimento na produção de energia, causando um atraso na industrialização e outro item que preocupou os responsáveis pela educação incluindo Capanema é que esse relatório dizia que havia “baixo nível das instituições para treinamento técnico de mão de obra”.

Esse diagnóstico revelou, entre diversos problemas estruturais no setor industrial, a necessidade da formação profissional dos operários industriais. Resultados que juntamente com as influências das questões políticas que ocorreram no período do Estado Novo⁸ levaram Capanema ao terceiro e último fato decisivo para a criação do Senai, conhecido como as Leis Orgânicas.

⁸ O Estado Novo foi um regime ditatorial que o Brasil passou nos anos de 1937 até 1945 liderado pelo presidente Getúlio Vargas, as principais características desse regime foram a centralização do poder, o nacionalismo, anticomunismo e por último o autoritarismo.

Na década de 1940, foram aprovadas as Leis Orgânicas ou conhecidas também como “Reforma Capanema”, alterando todo o cenário da educação brasileira, reformulando em duas divisões básicas, a educação base e a educação superior.

A “Reforma Capanema” criou pelo Decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942 o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (BRASIL, 1942), que em seu início, segundo Canali (2009) teve a responsabilidade de administrar escolas de aprendizagem industrial por todo âmbito nacional, tais escolas tinham cursos de formação mais rápida, para poder formar menores aprendizes e também cursos de formação continuada.

O decreto nº. 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do ministério do trabalho; e o outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das ideias e propósitos da área da Educação. A partir daí os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos aprendizes”, e seria tão somente uma peça, delegada a Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinada em primeiro lugar (SCHWARTZMAN, BOMENY; COSTA, 2000, p. 254-255).

As chamadas Leis Orgânicas do Ensino⁹ promulgadas no ano de 1942 por Gustavo Capanema abrangiam três áreas importantes para a economia brasileira, o ensino industrial, o ensino comercial e o ensino agrícola, que foram estruturados a partir de três decretos-lei, sendo decreto-lei nº 4.073, 30 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942), referente ao ensino industrial; decreto-lei nº 6.141, 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943), que regulamentavam o ensino comercial e o decreto-lei nº 9.613, 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946), para o ensino agrícola. Este último decretado quando já se findara o Estado Novo. (ROMANELLI, 2003).

Ainda conforme Romanelli (2003, p. 155),

⁹ Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm

merece destaque um aspecto importante contido no decreto e que por isso transcrevemos aqui. Seu artigo 67 rezava o seguinte:

****Art. 67** – O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes.

II – Os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cuja execução exija formação profissional.

...

IV – As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade.

...

XII – As escolas de aprendizagem darão cursos extraordinários para trabalhadores que não estejam recebendo aprendizagem.

Também tivemos por iniciativa de Capanema a alteração do nome do Senai, esta alteração se fez necessária, visto que na nomenclatura anterior limitava seu escopo e relacionava o aprendizado somente para os industriários, ou seja, somente para aqueles que já trabalhavam na indústria. Desta forma ao alterar o nome para Aprendizagem Industrial, abriam-se a oportunidade para que qualquer pessoa pudesse frequentar um curso do Senai e não somente para os funcionários das indústrias, não sendo necessário assim a comprovação do vínculo de trabalho, aumentando assim sua abrangência.

Art. 1º O Serviço Nacional da Aprendizagem dos Industriários (SENAI), criado pelo decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, passa a denominar-se Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Art. 2º O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial deverá organizar e administrar escola de aprendizagem não somente para trabalhadores industriários, mas também para trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942)

Neste momento a educação profissional começou a ter novos cenários, Nagle (1976) diz que esse período foi de “entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico desenvolvido pelos movimentos político-sociais”, percebemos o fortalecimento e o início da ascensão da educação profissional. A ideia era que a educação profissional servisse de renovação para uma classe mais necessitada.

Em outras palavras, o ensino profissional iria elevar as pessoas da classe menos favorecida em questões econômicas, para uma posição mais elevada na

sociedade. Já que na época, somente os mais abastados podiam estudar e conseqüentemente ter um bom emprego, o estudo foi fator seletivo das classes sociais por várias décadas.

3.1 Início das atividades do Senai – 1942

Em agosto de 1942, iniciaram no Senai as primeiras turmas com cursos regulares cujo objetivo inicial básico estava relacionado ao trabalho com madeira, ferro e eletricidade, atendendo aos interesses de qualquer unidade industrial daquela época ou localidade, proporcionando também a formação de mão de obra qualificada com a urgência que o momento exigia. O Senai não tinha uma escola ou sede ainda, portanto essas turmas iniciaram seus cursos em salas de aulas ou em empresas, onde algumas eram cedidas outras alugadas, ainda segundo Senai (2007) essas instalações provisórias se localizavam em São Paulo capital e interior, como a do Brás, Lapa, Jundiaí e Taubaté.

Apesar de que em seu início, o Senai teve seu propósito mal compreendido, em primeiro lugar pela classe empresarial que não a enxergava como uma instituição que iria atender a todos e a grande demanda de mão de obra que precisavam ser qualificadas. A percepção era que o Senai seria mais um órgão público que aumentaria o fardo burocrático das empresas, pois essa instituição de ensino baseada em sua lei de criação definiu uma obrigatoriedade de um subsídio por parte das empresas para sua sustentação. Também foi mal compreendido pela própria classe operária que tinha o Senai como uma instituição que seria somente para a elite e que somente ela poderia frequentar seus cursos, e que a classe mais baixa e os operários não teriam essa chance.

O Senai então trabalhou para que todos desde a elite até a classe operária entendessem seus objetivos, assumindo como missão o reconhecimento do operário brasileiro. O Senai queria formar um grupo elitizado de trabalhadores, “tentativa de transformar um grupo sob seu controle em uma elite dentro da grande massa trabalhadora, colocando mais uma camada na representação social do trabalhador braçal: aquele formado pelo Senai”. (MÜLLER, 2010, p. 14).

No final do ano de 1943 o crescimento do Senai foi exponencial. Segundo dados da própria instituição, no final desse mesmo ano já se contabilizavam 34

escolas do Senai, sete cursos entre eles o de ajustador mecânico, mecânico elétrico, marceneiro, torneiro mecânico entre outros oferecidos e cerca de seis mil alunos já haviam passado pela instituição, lembrando que nenhuma dessas escolas era própria ainda, devido a urgência para a qualificação dos trabalhadores na época.

Esse crescimento era motivado por algumas atividades que o Senai realizava e divulgava, entre elas e uma das mais notórias foi a IV Feira Nacional da Indústria que ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 1943, local onde funcionava a escola de Operários Têxteis do Senai. Segundo aponta Müller (2010) passaram pela exposição cerca de 113.899 pessoas, figuras públicas entre elas o presidente Getúlio Vargas.

IV Feira Nacional de Indústrias de S. Paulo.
Sua influência e importância na vida econômica do país – Interessante demonstração do Curso Senai, num pavilhão especialmente preparado – Favores concedidos pelo governo federal (CORREIO PAULISTANO, ano XC, nº 26.867, 10 de outubro de 1943. p. 3).

Corroborando a notícia acima, o Jornal Correio Paulistano publicou no dia 19 de dezembro uma nota sobre as homenagens recebidas por Getúlio Vargas ao visitar a Feira Nacional das Indústrias.

Chegará terça-feira a S. Paulo o Presidente Getúlio Vargas
Significativas homenagens estão sendo preparadas ao chefe da nação – Os trabalhadores paulistas tomarão parte num grande desfile a ser realizado no parque anhanguera – O presidente da república visitará a IV Feira Nacional das Indústrias – Comunicado aos industriais de São Paulo – Varias (CORREIO PAULISTANO, ano XC, nº 26.926, 19 de dezembro de 1943. p. 3).

Pelo cabeçalho noticiando a Feira e a visita do presidente Vargas, ficava nítida a visibilidade que esse evento trouxe para o Senai, aumentando assim a procura pelos cursos que essa nova e tão aclamada instituição oferecia, segundo Müller (2010) no ano posterior à realização da IV Feira Nacional de Indústrias de S. Paulo, ou seja em 1944, 11 mil pessoas se candidataram aos cursos oferecidos pelo Senai, bons números comparados aos 6.000 alunos do ano anterior.

Para salientar, em seu início o Senai sobrevivia de uma arrecadação de 2 mil réis mensais por empregado das empresas que eram filiadas à Confederação

Nacional da Indústria, método esse que sofre uma alteração em 1944 passando a receber 1% do valor total da folha de pagamento das indústrias.

Apesar de seu rápido crescimento o Senai não tinha ainda um prédio próprio, para ser sua sede, foi nesse momento que o Senai abriu um concurso para escolher qual empresa iria construir os prédios que abrigariam as unidades do Senai tanto da capital quanto do interior.

Do concurso entre arquitetos brasileiros de São Paulo para desenvolver os projetos arquitetônicos das escolas e definir a empresa administradora das construções, saiu vencedor o escritório Severo e Villares, no Brás, e o modelo para as unidades do interior do estado. (SENAI 2007, p. 48).

As obras do Senai iniciaram no final do ano de 1945, com as principais escolas sendo construídas em Cambuci, Santo André e a principal escola que seria também a administração central da instituição, a Escola do Brás. Mas somente em 1946, o primeiro prédio próprio e sede do Senai ficou pronto, com capacidade de atender cerca de 2.000 alunos, localizada no Brás na rua Monsenhor Andrade, onde permanece até hoje, foi denominada Escola Senai “Roberto Simonsen”, e em 1947 a escola iniciou suas atividades.

Porém algo não caminhava bem, relatórios decorrentes da metade da década de 1940 começaram a mostrar altos números de evasão dos alunos que chegava a 40% de evasão de um determinado curso, “Dos trabalhadores menores (que só frequentavam a parte teórica do curso), matriculados na mesma época, somente 6% haviam concluído o curso. (SENAI 2012, p. 165)

Mange como dirigente do Senai refletiu e avaliou que a instituição deveria estreitar seus laços com o parque industrial, já que ele estava em forte crescimento nessa época. Mesmo que os principais industriais estivessem envolvidos com a criação do Senai, a maior parte não estava compreendendo o verdadeiro objetivo da instituição. Pois Mange começou a pensar que para os industriários, não faria mais sentido pagar uma taxa para o Senai, sendo que os aprendizes não frequentavam mais as aulas nas escolas conforme demonstrou o relatório.

A crise se instalou com as dificuldades financeiras obrigando a interrupção de várias construções de diversas escolas, sendo que esse momento foi denominado

pelo próprio Mange de “parada forçada”. A ideologia de crescimento acelerado é alterada para “trabalho em profundidade”, ou seja, uma análise interna do Senai.

[...] essa parada forçada [...] foi certamente salutar. Permitiu observar e pesquisar com mais calma as falhas existentes e os erros cometidos e tratar de corrigi-los. Nessa pesquisa de causa destacam-se as que têm relação com a eficiência do ensino e a evasão de alunos, causas que devem ser procuradas na própria casa antes de querer atribuí-las a terceiros ou a fatores estranhos. Assim, iniciou-se um intenso movimento esclarecedor em torno do objetivo nevrálgico do Senai, isto é, o aluno (RELATÓRIO SENAI-SP, 1949).

Em uma de suas reuniões Roberto Mange afirmou que não deveriam jogar a culpa dessa crise interna simplesmente nos alunos ou em outros fatores, mas investigar algum erro ou anomalia na própria instituição.

Tendo o aluno como fator crucial para o funcionamento da escola, o Senai buscava em inúmeras reuniões, relatórios e propostas de como inverter esse quadro preocupante correlacionados as evasões de seus alunos.

Não é o professor que deveria inculcar a matéria ao aluno, mas sim o aluno que deveria desejar adquirir os conhecimentos, o como e o porquê da prática e da teoria do seu ofício. (RELATÓRIO SENAI-SP, 1951)

Foi necessário fazer uma autoanálise para se descobrir onde estava o erro e não em quem estava.

As Atividades do SENAI.

... De um certo tempo para cá. Vem-se observando que nem todos os alunos matrículas nas escolas do SENAI concluem o curso, abandonando-o depois de algum tempo de frequência. Tal evasão se acentua atualmente, o que levou a direção do SENAI a promover em todo o País uma pesquisa em torno dos motivos desse abandono dos cursos, a fim de que possam ser tomadas medidas destinadas a evitar que porcentagens substanciais de estudantes deixem de terminar os estudos.

... O inquérito tem características sociológicas e educacionais, podendo servir de bases para numerosos estudos de grandes utilidades no campo industrial e econômico.

Assinala-se ainda de que se trata de uma pesquisa de amplitude nacional e que representa um processo altamente científico de que o SENAI faça mão para ajustar seu sistema escolar a realidade social. (CRUZEIRO DO SUL, ano XLVIII, nº 13.493, 27 de outubro de 1951, p. 6)

Essa “parada forçada” trouxe uma nova estruturação para o Senai, uma melhoria que fez seu crescimento e consolidação ser mais intensos que nos anos anteriores.

Nessa nova fase o Senai se adaptou conforme a demanda e localidade, se o Senai fosse instalado em um local que a demanda fosse agrícola, seus cursos voltariam a essa área e assim começou a acontecer com os demais setores, o têxtil, automobilísticos, marítimo, industriais, viários entre outros. Do início da década de 1950 até metade dessa mesma década o Senai retomou as construções das escolas, e modificou sua estrutura pedagógica. Até que em 31 de janeiro de 1956 assume a presidência do Brasil, Juscelino Kubitschek.

JK, como ficou conhecido posteriormente, começou seu novo mandato com o slogan “50 anos em 5”, ou seja, 50 anos de atraso que o Brasil sofreu, ele recuperaria em cinco anos. Com toda essa política de trabalhar aliada a ideologia de que a industrialização e o capital estrangeiro investido no país seriam a solução para o crescimento do Brasil, JK começou a trabalhar para que isso saísse do papel e se tornasse realidade, mais uma vez.

Quando JK começou a abrir as portas para a industrialização estrangeira, o Senai já estava instalado em quase todo território nacional, buscou também um aperfeiçoamento estrangeiro para os seus professores, onde a instituição bancou viagens, hospedagens e cursos em outros países, para melhor preparar seus professores, já que eles estariam lidando com o “produto” principal da instituição, os alunos.

4 A CRIAÇÃO DA ESCOLA SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR” EM SOROCABA

O ensino profissionalizante em Sorocaba já era uma realidade pelo menos para os funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana visto que a criação do Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP em 1930. O SESP proporcionou que a Estrada de Ferro Sorocabana e a Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo criassem a Escola Profissional de Sorocaba, cuja missão era fornecer ensino de conteúdo geral para os aprendizes, geralmente filhos de ferroviários, e a parte prática seria desenvolvida nas oficinas da empresa (CUNHA, 2000).

Ainda segundo Cunha (2000, p. 98),

Cinco cursos eram ministrados no SESP:

O *curso de ferroviários*, com quatro anos de duração, para as seguintes especialidades: ajustador, torneiro-fresador, caldeireiro, caldeireiro-ferreiro; ferreiro; eletricista, operador mecânico.

O *curso de aperfeiçoamento*, para o pessoal já empregado nas oficinas, compreendendo disciplinas como português, matemática, desenho técnico, higiene, prevenção de acidentes, e outras.

O *curso de tração*, para os foguistas e maquinistas; o *curso de telégrafo e iluminação*, para os aprendizes que já possuísem formação profissional mecânica equivalente à 3ª série do curso de ferroviários, complementando-a com mais um ano de aprendizagem.

O *curso de tráfego*, visando a especialização dos departamentos de movimento e telégrafo, ensinando desenho e matemática.

A Escola Profissional Mista de Sorocaba foi originalmente criada pela Lei N. 1860, de 30 de dezembro de 1921 que determinava a criação de escolas profissionais masculinas,

Creando escolas profissionaes masculinas em diversos municipios do Estado

O Dr. Washington Luis P. de Sousa. Presidente do Estado de S. Paulo, Faço-saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º - Ficam creadas escolas profissionaes masculinas nas cidades de Tatuhy, Faxina, Sorocaba, Baurú Jundiahy, Piracicaba e Bragança.

Artigo 2.º - Fica o governo auctorizado a installar essas escolas quando julgar opportuno, podendo aproveitar, si assim o entender, predios offercidos gratuitamente pelas municipalidades, e a, para isso, abrir os necessarios creditos.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário O Secretário de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 30 de dezembro de 1921.

Washington Luis P. de Sousa Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Janeiro de 1922. - O director geral, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior. (BRASIL, 1921).

A princípio essas escolas eram somente destinadas ao público masculino conforme relata o texto da lei, porém em sua efetiva instalação em 09 de junho de 1929 recebeu o nome de Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba e em 1930 passou a chamar Escola Profissional Mista “Cel. Fernando Prestes”, ocupou um prédio alugado na região central da cidade localizado na esquina das ruas Dr. Álvaro Soares e Barão do Rio Branco. Porém a escola foi desmembrada e a seção feminina transferida para outro prédio a rua Barão de Mogi Mirim e a seção masculina permaneceu no prédio alugado. Em 1948 a escola mudou para um amplo e moderno prédio agora próprio na Avenida Comendador Pereira Inácio.

Assim quando da instalação da Escola Senai em Sorocaba já havia na cidade cursos para a preparação da mão de obra especializada que inclusive já utilizavam as séries metódicas, que foram amplamente utilizadas também pelo Senai.

A instalação da Escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” em Sorocaba foi precedida de uma disputa e de entraves políticos e de ordem econômica. O Senai ao iniciar seu projeto de expansão de suas escolas, porém sem condições financeiras para isso, utilizou-se de um artifício que era conceder um desconto no percentual na taxa que as empresas deveriam recolher aos cofres do Senai, mediante esse desconto as indústrias que se interessassem poderiam instalar em suas dependências uma escola Senai. Essa concessão do desconto na taxa devida pelo empresário recebeu o nome de Regime de Cooperação.

Assim, o Senai se instalou no município de Sorocaba em regime de cooperação, ou seja, toda a estrutura era patrocinada por indústrias e o Senai entrava com a metodologia de ensino, como mostra esse trecho de uma reportagem do Jornal Correio Paulistano, com o seguinte título “O SENAI NO INTERIOR”, informando a expansão das escolas do Senai pelas cidades do interior e algumas em regime de cooperação, a indústria era responsável pela estruturação física com a supervisão do Senai. Esse regime de cooperação, também denominado de regime de isenção, visto que as empresas que aderiram a esse programa estavam isentas de pagar ao Senai

a contribuição total que a lei determinava, e desta forma recolhiam o equivalente a 20% da contribuição legal.

Devem ser citadas mais cinco escolas SENAI no interior, todas funcionando sob regime de isenção: duas em Sorocaba, a da Companhia Nacional de Estamparia e a da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim.

(CORREIO PAULISTANO, ano XCIV, nº 28.213, 26 de março de 1948, p. 12)

Assim, existiam a partir da década de 1940 duas escolas técnicas estruturadas com equipamentos fornecidos pelas indústrias Sociedade Anônima Indústrias Votorantim e a Companhia Nacional de Estamparia sendo supervisionadas pelo Senai, conforme nota veiculada no Jornal Cruzeiro do Sul citando a escola Senai mantida pela fábrica Votorantim.

Escola SENAI de Votorantim

Realizar-se-à no próximo dia 23, às 10 horas no Cine Votorantim a festa de encerramento do ano letivo e entrega dos certificados aos alunos que terminaram o Curso de Mecânica.

Esta festa contará com a presença do Diretor Regional do Senai, Dr. Roberto Mange, do Inspetor Geral Vicente de Paula Bela, e outras autoridades do Senai, especialmente convidadas para tomar parte na recepção à 1ª turma formada pela Escola Senai de Votorantim. (CRUZEIRO DO SUL, ano XLIII, nº 11.662, 16 de dezembro de 1945, p. 3).

Também no mesmo jornal temos uma nota referente a escola Senai mantida pela Companhia Nacional de Estamparia.

ESCOLA SENAI

(Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Companhia Nacional de Estamparia.

Durante este mês, encontra-se abertas as matrículas, para os seguintes cursos:

Mecânico (Ajustador e Torneiros)

Madeiras (Marceneiros)

Contra Mestre de Tecelagem

Informações:

Rua D. Antonio Alvarenga, n 195. (CRUZEIRO DO SUL, Ano XLV, nº 12.242, 25 de novembro de 1947, p. 4).

Como denota-se nas notas acima estampadas nas páginas do jornal Cruzeiro do Sul, uma escola Senai estava instalada na fábrica de tecidos Votorantim situada no bairro Votorantim¹⁰.

A outra escola mantida pela Companhia Nacional de Estamparia situava-se na região central da cidade, onde a CNE mantinha uma das suas três fábricas, a saber a Fábrica de Tecidos Santo Antônio.

4.1 Sociedade Anônima Indústrias Votorantim

A indústria que leva o nome do bairro em que foi instalada, e que depois viu esse bairro se tornar uma cidade, teve um início pujante, como atesta o texto,

Em 1913, a empresa contava 1200 operários, 420 casas para trabalhadores, três grandes edifícios, além de escritórios, escolas, teatro e matadouro, e estava ligada a Sorocaba por uma linha particular de bondes. Pouco a pouco o distrito de Votorantim ganhava ares de cidade civilizada – e seu nome agora era conhecido pela qualidade dos tecidos que produzia, a um ritmo de 1,3 milhão de metros por ano, entre brins, morins e chitas estampadas. Em 1915, ocorreu mais uma última atualização. Com o início da produção de flanelas, foi construído um terceiro condutor de água da cachoeira vizinha para uma nova turbina. A empresa tinha então 1300 teares e 25 mil fusos. (CALDEIRA, 2007, p. 19).

Porém esse quadro de prosperidade começou a mudar com o avançar da Primeira Guerra Mundial, a empresa passou a ter problemas com sua produção e atrasar os pagamentos de seus funcionários que insatisfeitos entraram em greve, com problemas financeiros o comando da empresa passou ao Banco União que resolveu leiloá-la por um valor muito abaixo do mercado. Em 9 de janeiro de 1918, a empresa foi arrematada pelo empresário Antônio Pereira Ignacio, que trouxe um novo período de crescimento e desenvolvimento a indústria de tecidos Votorantim. Em 1943 a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim já sob o comando do industrial José Ermírio de Moraes a empresa firma o convênio com o Senai para a instalação de uma escola dentro da indústria.

¹⁰ Em 1945 Votorantim ainda era um bairro de Sorocaba, visto que sua emancipação só ocorreu em 1965, quando então Votorantim consegue sua emancipação política e administrativa de Sorocaba.

4.2 Companhia Nacional de Estamparia – CNE

A Companhia Nacional de Estamparia, mais conhecida como Cianê, foi uma indústria que compôs a cena urbana da cidade de Sorocaba e que deu um grande impulso industrial e de modernização à cidade. Fundada em 1909 pelo industrial inglês John Kenvorthy que escolheu Sorocaba para instalar sua fábrica.

A promulgação do Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, por Getúlio Vargas determinava a proibição das importações de maquinários para as indústrias, principalmente as têxteis. Com essa restrição às importações, Severino Pereira da Silva querendo ampliar seus negócios começou a comprar pequenas tecelagens ou aquelas que mesmo grande passavam por problemas financeiros. (BRASIL, 1931).

Em 1939 a Cianê foi adquirida pelo industrial Severino Pereira da Silva, este deu a empresa um ritmo de expansão tornando-a uma das maiores indústrias do setor têxtil no Brasil. A Cianê possuiu em Sorocaba quatro grandes fábricas, a saber, Santa Rosália no bairro de mesmo nome, São Paulo no Além Ponte, Santo Antônio e Nossa Senhora da Ponte na região central da cidade.

O Almanach de Sorocaba do ano 1914 faz uma referência as fábricas da Companhia Nacional de Estamparia, no texto denominada de fábrica e fiação Santa Rosália e da S/A Indústrias Votorantim chamada de Votorantim,

A fabrica de fiação e tecidos Santa Rosalia, que é, depois da Votorantim, a mais importante desta cidade [...] está situado a um kilometro da cidade, foi construido de accordo com as mais recentes disposições de segurança. O vasto edificio, de estylo sobrio e harmonico, tendo os seus constructores adoptado a symetria, dando-lhe assim a feição sumptuosa das grandes usinas americanas, comporta actualmente 30.168 fusos, 625 teares e 60 cardas, machinismos estes já insufficientes para a fabricação regular de modo a attender á crescente exportação para os Estados da União [...] O estabelecimento industrial de Santa Rosalia, que tem em trabalho constante 840 operarios de ambos os sexos, produz mensalmente 100.000 metros de algodãozinho, consumido nesse espaço de tempo 80.000 kilos de algodão, quasi todo cultivado neste municipio [...] A villa, annexa a esta, é organisada de 270 casas, escolas publicas, consultorio medico, armazem, casa de diversões, etc., sendo magnifica a sua iluminação electrica e perfeito o serviço de encanamento de agua. (WERNECK, 2006, p. 52).

Com o crescimento das fábricas e aumento da produção fez-se necessário melhor capacitar os operários, daí surgiu a proposta que atendia a uma necessidade da indústria em aprimorar os conhecimentos de seus funcionários e a necessidade do

Senai em instalar escolas no interior do Brasil a um custo mais baixo, em 1943 foi firmado o acordo com a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim e em 1946 com a Companhia Nacional de Estamparia – CNE.

4.3 As escolas Senai – CNE e Senai Votorantim

Escolas essas que começaram a atender a necessidade da mão de obra qualificada, mas não por muito tempo, mesmo tendo duas escolas estruturadas pelas fábricas e supervisionadas pelo Senai, não era o bastante. Mais que uma necessidade de formar mão de obra qualificada, o interesse por uma escola própria do Senai sem a interferência de qualquer empresa se instalava em Sorocaba, conforme a cidade ia crescendo e desenvolvendo, como atesta a reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul.

Não é a primeira vez que cumprimos nosso dever fazendo reparos ao desconhecimento ainda existentes por aí, com referência a importância de Sorocaba. Já discutimos, através dos jornais sorocabanos, com confrades de outros municípios bandeirantes já fornecemos a um sacerdote maranhense, editor de periódico muito difundido, amplas notas destinadas a colocar no devido lugar, em trabalho desse ministro da igreja, a trepidante “Manchester Paulista”; já escrevemos, com o mesmo propósito, a revista carioca já alertamos o autor de um livro didático quanto a gravíssima falta de Sorocaba na ordem das maiores cidades interioranas de São Paulo. (CRUZEIRO DO SUL, ano XLVIII, nº 13.512, 21 de novembro de 1951, p. 3).

O crescimento da cidade era perceptível aos que visitavam ou aqui fixavam residência, no início da década de 1950. Segundo dados do Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba já contava com 25.000 mil trabalhadores, mais de 100.000 mil habitantes, faculdades, Estrada de Ferro Sorocabana, escolas técnicas, cinemas, ginásios de esportes sem contar o comércio e as imponentes fábricas têxteis, dados esses que trazem a denominação de “Manchester Paulista” para essa cidade. (CRUZEIRO DO SUL, ano XLVIII, nº 13.512, 21 de novembro de 1951, p. 3).

A obstinação pela escola própria do Senai só aumentava, seja pelos políticos ou pela própria população a qual se inteirava pelos jornais, ainda mais com a instalação da escola própria do Senai em algumas cidades próximas a Sorocaba, como Itu, Piracicaba, Jundiaí e Campinas.

A reportagem “O importante centro fabril de Sorocaba possui duas Escolas Senai criadas em regime de cooperação com duas grandes empresas industriais”, em

que o subtítulo diz que essa era uma resposta do sr. Roberto Mange ao diretor do Jornal Cruzeiro do Sul. A reportagem nos mostra o forte interesse da vinda de uma escola própria do Senai para cidade de Sorocaba.

Como poderão observar os nossos prezados leitores, pela leitura da correspondência dirigida ao diretor do SENAI, pelo nosso diretor-gerente, pleiteávamos junto àquela autarquia a instalação de alguns cursos práticos em nossa terra tendo o sr. Roberto Mange respondido à nossa consulta, dizendo que o SENAI já mantém em nossa cidade duas escolas criadas em regime de cooperação com duas empresas industriais do nosso já grandioso parque industrial.

Para que nossos leitores se inteirem perfeitamente do assunto tratado, passamos a transcrever, sem quaisquer outros comentários, as correspondências trocadas – “Sorocaba, 20 de fevereiro de 1952.

Exmo Snr.

Dr Roberto Mange

DD Diretor do SENAI

São Paulo.

Cordiais saudações

A direção do jornal Cruzeiro do Sul, interpretando o pensamento do laboroso povo sorocabano, vem a presença de Excia. Solicitar se digne estudar a possibilidade de instalar em nossa terra, a exemplo de inúmeras outras cidades paulistas onde o SENAI mantém as conceituadas e eficientíssimas ESCOLAS SENAI, um estabelecimento desse gênero, mantendo dentre outros, os cursos abaixo mencionados:

Mecânica de automóveis; Sapateiro; Alfaiate; Barbeiro; Artes gráficas; Economia; Doméstica; Tecelagem e fiação; Eletro-técnica; Construção civil e etc.

Tais cursos se justificam, por tratar-se de uma cidade essencialmente operaria, considerada como um dos primeiros centros industriais do país. Por outro lado em face da maioria da sua população ser composta de gente humilde e operários especializados cooperação do SENAI, afim de que possamos sanar essas falhas que redundam em prejuízo para o maior desenvolvimento do país.

Contando com a boa vontade de V. Excia. Aguardamos o vosso precioso pronunciamento.

Atenciosamente.

P. CRUZEIRO DO SUL – Helio da Silva Freitas.” (CRUZEIRO DO SUL, ano XLVIII, nº 13.645, 08 de maio de 1952, p. 1).

A carta que o diretor do Jornal Cruzeiro do Sul escrevera a Roberto Mange ressalta o interesse da vinda de uma escola própria do Senai para a cidade de Sorocaba. O diretor do jornal utilizava dois argumentos, o primeiro relacionado à modalidade dos cursos. A reportagem citava a possível vinda de uma escola própria do Senai junto com uma lista de cursos que eram necessários para o centro fabril da época: “mecânica de automóveis; sapateiro; alfaiate; barbeiro; artes gráficas; economia; doméstica; tecelagem e fiação; eletro-técnica; construção civil e etc.”.

Apesar de já ter duas escolas do Senai em Sorocaba, esses estabelecimentos trabalhavam de modo cooperativo com duas fábricas, os quais engessava a possibilidade de cursos diferentes daqueles que a empresa cooperada necessitava.

E o segundo argumento vem para a esfera política. O Diretor explicava a importância da cidade de Sorocaba como centro fabril e sede da oficina da Estrada de Ferro Sorocabana.

De posse da prezada carta de 20 de janeiro p. p., de V. S. cabe-nos, inicialmente, apresentar-lhe nossos agradecimentos pela elevação em que essa direção aprecia as atividades do SENAI no Estado de S. Paulo.

Passando a esclarecer o assunto em foco, cumpre-nos informar que o importante centro fabril de Sorocaba possui duas escolas SENAI criadas em regime de cooperação com duas grandes empresas industriais a Sociedade Anonima Industria de Votorantim (SAIV) e a Companhia Nacional de Estamparia (CNE). Trata-se de escolas mantidas e administradas por aquelas empresas, porém sob orientação e controle deste Departamento Regional. De acordo com o dispositivos legais das empresas citadas, por manterem escolas próprias, estão isentas de pagar ao SENAI a contribuição total estabelecida em lei, recolhendo apenas uma parcela equivalente a 20% dessas contribuições, o que reduz a receita do SENAI no município de Sorocaba.

Além dessas escolas SENAI, mantidas em “regime de insenção”, dispõe a cidade de Sorocaba de outras dois estabelecimentos de ensino profissional: a ESCOLA TECNICA “CEL FERNANDO PRESTES”, do Governo do Estado, e a ESCOLA FERROVIARIA DE APRENDIZAGEM, organizada pela E. F. Sorocabana, desde 1930, para a formação dos artífices de suas oficinas.

São, portanto, em números de 4 estabelecimentos de ensino industrial existentes em Sorocaba, sendo que dois pertencem ao sistema de escolas de aprendizagem do SENAI.

Segundo levantamento cadastral recentemente efetuado pelo SENAI, o parque industrial do município de Sorocaba acusa um total de aproximadamente 23.000 mil operários dos quais cerca de 16.000 mil pertencem às duas Companhia já citadas e às oficinas da E. F. Sorocabana, assim distribuídos:

SAIV – aproximadamente 7.000

CNE – aproximadamente 6.000

E. F. S. (oficinas) – aproximadamente 3.000.

Considerando-se que essas três grandes emprêsas abrangem 70% de todo o operários de Sorocaba e possuem escolas próprias de aprendizagem depreende-se que, por intermédio dessas escolas estão sendo atendidas, praticamente, 70% das necessidades locais de renovação da mão de obra.

Por outro lado, a escola técnica “Cel Fernando Prestes” está, sem duvida, em condições de atender a formação da parcela restantes dos artífices qualificados mas necessário às demais indústrias do município.

As ponderações acima baseadas em dados objetivos, não excluem evidentemente, o empenho deste Departamento em proporcionar a

Sorocaba e a região Sul do Estado a solução que melhor atende aos interesses de suas indústrias.

Estaremos entretanto, que a população obreira e a classe operária de Sorocaba sejam esclarecidas de que este Departamento Regional ainda não instalou sua escola própria, por existirem duas já pertencente á rede de escolas do SENAI, as quais funcionam em regime de cooperação, junto às duas já citadas emprêsas fabris, o que reduz, sensivelmente a arrecadação do SENAI no município de Sorocaba.

Aproveitando o ensejo, apresentamos a V. S. as nossas Atenciosas Saudações.

Roberto Mange - Diretor (CRUZEIRO DO SUL, ano XLVIII, nº 13.645, 08 de maio de 1952, p. 4).

A reportagem revela os argumentos de Roberto Mange que não se mantinha condizente com a vinda de uma unidade da escola Senai para Sorocaba.

Mange começou dizendo que o Senai já mantinha duas escolas em modo cooperativo onde a Sociedade Anônima Indústrias de Votorantim (SAIV) e a Companhia Nacional de Estamparia (CNE) onde cada uma sediava toda a estrutura de uma escola profissionalizante com supervisão do Senai na questão metodológica, em troca dessa infraestrutura as duas empresas eram isentas de pagar o imposto obrigatório para o Senai regulamentado no Decreto-Lei n. 4.048 de 22 de janeiro de 1942, que demonstra uma redução da receita do SENAI em relação ao município de Sorocaba. (BRASIL, 1942).

Seguindo com os argumentos, Roberto Mange destacava ainda outras duas escolas de ensino profissional na cidade de Sorocaba são elas Escolas Técnica “CEL Fernando Prestes mantida pelo governo do Estado e a Escola Ferroviária de Aprendizagem organizada pela Estrada de Ferro Sorocabana desde 1930.

E para finalizar Mange mostrava alguns dados que justificavam seu desentusiasmo pela vinda do Senai para Sorocaba. A cidade contava com 23.000 mil operários sendo que 16.000 mil distribuídos em três instituições a Sociedade Anônima Indústrias de Votorantim (SAIV) contava com 7.000, Companhia Nacional de Estamparia (CNE) 6.000 e por último a E.F.S. (oficinas) contava com 3.000. Roberto Mange complementou, dizendo que as três escolas representam 70% dos operários da cidade de Sorocaba, e ainda segundo Roberto Mange a escola “Cel Fernando Prestes” teria condições de atender a parcela restante de operários.

Entretanto ao findar a carta em resposta ao Jornal Cruzeiro do Sul, Roberto Mange deixava em aberto a possibilidade da vinda da escola própria do Senai para a cidade de Sorocaba.

Mesmo diante de argumentos que não validavam a vinda de uma escola própria do Senai para a cidade de Sorocaba a pressão popular e principalmente a política continuou.

No dia 14 de junho de 1953 o jornal Cruzeiro do Sul publicou extensa matéria cobrando do Senai ações para a instalação de uma escola em Sorocaba, desta feita foi formada uma comissão de vereadores que seguiu até a capital e se reuniu com o diretor do Senai o sr. Roberto Mange. Essa comissão salientou ao diretor que Sorocaba não poderia ser deixada de lado, visto que outras cidades já haviam conseguido seu objetivo.

Cedendo o pedido da nova escola para a cidade o sr. Roberto Mange estabeleceu algumas condições para que o Senai instalasse mais uma escola em Sorocaba, sendo a principal exigência que ocorresse o término do convênio entre a entidade e as empresas que por manterem escolas Senai estavam isentas do pagamento de contribuição de 1%, segundo Mange, se as indústrias se comprometessem a pagar a referida contribuição o Senai instalaria uma escola na cidade, porém ainda sob a condição da prefeitura doar um terreno que tivesse tamanho adequado para as instalações da escola Senai. Sob o provocativo título “Por incrível que pareça, Sorocaba, um dos maiores e mais importantes centros industriais do Estado, e quiçá do Brasil não possui ainda uma Escola Senai à altura de seu progresso.” Seguem trechos da matéria que relatam esses diálogos:

Prestando contas da missão que lhe fora confiada, bem como aos seus colegas especialmente designados pela Camara Municipal, para entenderem-se com o dr. Roberto Mange, diretor regional do Senai, a respeito da instalação de uma escola Senai na “Manchester” paulista, o dr. Nilton Vieira de Souza pronunciou, na ultima sessão do nosso legislativo, o seguinte discurso: - “Snr. Presidente, Snrs. Vereadores: Há já algum tempo o Snr. Antonio Padua Pinto, D. D. Delegado Regional do Centro das Industrias do Estado de São Paulo – Ciespe - considerando, com justiça, que Sorocaba – um dos maiores centros industriais do Estado – não mais poderia ficar sem uma Escola Senai à altura do seu progresso, solicitou o apoio desta edilidade no sentido de a Prefeitura Municipal doar um terreno onde pudesse ser instalada uma Escola Senai modelo nesta cidade.

[...] Atendeu-nos o Dr. Roberto Mange, que alia à sua reconhecida competência um cavalheirismo sem par, pondo-nos ao corrente da

situação do Senai no interior do Estado e prestando-nos todos os esclarecimentos solicitados.

[...] Na opinião do Dr. Roberto Mange, criar mais uma Escola Senai em Sorocaba em tais circunstâncias seria contraproducente, porquanto viria descentralizar esforços que devem ser centralizados. Perguntamos, então, ao Dr. Roberto Mange, qual seria o caminho a seguir em tais circunstâncias? Respondeu-nos que um entendimento entre os industriais sorocabanos e as forças vivas que desejam o engrandecimento desta cidade no setor industrial, no sentido de não mais prevalecer o regime de isenção em Sorocaba, seria o primeiro passo a dar.

Resolvido esse problema, disse-nos, deseja o Senai dos poderes públicos de Sorocaba o seguinte: ou a doação de um terreno ou uma subvenção. No primeiro caso, terá a Prefeitura Municipal que dar um terreno de, no mínimo, 10.000 metros quadrados, área indispensável para a construção de uma Escola Senai modelo, com internato. Quanto a esse aspecto seria interessante entrar em entendimento com a Companhia Nacional de Estamparia que, em certa época, se propusera a ceder a área de terreno solicitada pelo Senai e, na hipótese de a Companhia Nacional de Estamparia entrar em um acôrdo nesse sentido, continuaria ela sob regime de isenção até o momento em que o terreno fosse totalmente pago. No segundo caso, terão os poderes públicos municipais que conceder uma subvenção anual, por determinados números de anos, tal qual se deu em Marília, em que o Senai irá receber 120.000 cruzeiros durante dez anos. (CRUZEIRO DO SUL, ano L, nº 13.978, 11 de junho de 1953, p. 44)

Assim Roberto Mange numa cartada de mestre, passou o problema para os vereadores e prefeitura. Foi uma estratégia para que as cobranças em relação a instalação de uma escola Senai em Sorocaba deixassem de ser direcionadas a ele. Continua a reportagem, que segundo se pode notar, agora a instalação de uma escola Senai em Sorocaba passava a ser uma questão de que as indústrias deixassem o benefício da isenção e de que a prefeitura doasse um terreno ou então arcasse com o custo deste. Como pode-se ler na parte final dessa reportagem.

Feitos esses esclarecimentos, cremos que os poderes públicos municipais de Sorocaba e o Snr. Delegado Regional do Ciesp devem agir sem perda de tempo para solucionar tão importante problema. Sorocaba “a Manchester Paulista” não mais deve continuar com Escolas Senai sob regime de isenção! Sorocaba, pelo seu poderio industrial, deve possuir uma Escola Senai que atenda não só às suas necessidades mas também às dos municípios vizinhos! Mãos à obra. portanto! Era o que tínhamos a dizer. Nilton Vieira de Souza. Sorocaba, 9 de junho de 1953. (CRUZEIRO DO SUL, ano L, nº 13.978, 11 de junho de 1953, p. 44)

Mange estava descontente com o sistema de isenção, que beneficiava sobremaneira as indústrias desonerando seus caixas, porém esse custo era assumido pelo Senai.

Já no dia 17 de junho de 1953 o jornal Cruzeiro do Sul voltou a tocar no assunto Senai, o jornal estava engajado na campanha de instalação da Escola Senai, o jornal estampou em sua primeira página e sob o título de “O SENAI para Sorocaba é uma imperiosa necessidade”. Para ganhar mais apoio da população o autor do texto estendeu os benefícios da Escola Senai, não somente para Sorocaba, mas também cidades vizinhas, como Piedade, Tatuí, Itapetininga, Tietê, Pilar do Sul e São Roque, claramente o sentido era que o sonho Senai ganhasse mais defensores. Também nota-se no texto que o autor denomina a “Manchester Paulista” de “Cidade das Escolas”. Diz o texto:

Uma organização como o SENAI cujas atividades compreendem hoje diferentes setores de ação e se estendem inclusive não só às unidades escolares da Capital e do interior do Estado, como também às Escolas de Campo Grande e Anapolis, precisa ser instalada em nossa cidade o quanto antes.

Sabemos nós, de acordo com os resultados alcançados pela Comissão de Vereadores, que a administração do SENAI tem todo o interesse em instalar uma dependência que atenda as prementes necessidades não só dos sorocabanos, como também de todas as cidades circunvizinhas, como por exemplo: Piedade, Tatuí, Itapetininga, Tietê, Pilar do Sul e São Roque.

A divulgação do magnífico método educacional do SENAI em nossa terra por certo, irá atingir plenamente os magníficos objetivos em desenvolvimento há vários anos pelo Departamento Regional de São Paulo.

[...] Oxalá os representantes do povo sorocabano e o chefe do executivo hajam por bem facilitar a instalação do SENAI em nossa cidade que visa, antes de tudo, contribuir ainda mais para o engrandecimento da “Cidade das Escolas”. (CRUZEIRO DO SUL, ano L, nº 13.980, 23 de junho de 1953, p. 1)

Perseguindo esse sonho, o jornal Cruzeiro do Sul em sua edição do dia 23 de junho de 1953 voltou a cobrar a instalação de uma escola Senai em Sorocaba, com o título “O SENAI deve ser instalado em nossa cidade” e publicada na primeira página o autor do texto, provavelmente o diretor do jornal o sr. Hélio da Silva Freitas, que já havia enviado carta parecida ao sr. Roberto Mange. O texto cobrou inclusive a atitude dos políticos da época para que eles também se envolvessem nessa causa, ou seja, a instalação de uma escola Senai, diz a nota do jornal,

Continuamos a publicar informações pertinentes ao SENAI em suas múltiplas atividades culturais, tendo em vista a possibilidade de sua instalação em nossa cidade, desde que haja boa vontade e espírito de cooperação dos srs. vereadores e chefe do executivo Emerenciano Prestes de Barros.

Hoje vamos tecer considerações sobre os Cursos de Calçados os quais foram iniciados em novembro de 1945.

[...] Aí, está portanto, mais um ramo educacional dos mais oportunos do SENAI e que visa contribuir acentuadamente para a formação de profissionais em tão imprescindível consecução industrial.

Por isso que vimos conclamando a urgente necessidade de ser instalado o SENAI EM SOROCABA.

Vamos cooperar srs. sorocabanos de boa vontade? (CRUZEIRO DO SUL, ano L, nº 13.980, 23 de junho de 1953, p. 1)

Nota-se que a resposta de Roberto Mange aos vereadores de Sorocaba, acabou desmotivando a campanha, pois a decisão agora estava nas mãos dos empresários da Companhia Nacional de Estamparia e da Sociedade Anônima Votorantim, os quais deveriam abrir mão da vantagem da isenção por manter as escolas sob tutela do Senai, também a aquisição do terreno ou sua subvenção deveria vir por parte da prefeitura. E ao que parece nem um nem outro estavam dispostos a tamanho sacrifício para ter uma escola Senai na cidade.

4.4 A instalação da escola Senai Regional

Em meio a debates, lutas e exigências, o Senai se depara com uma triste notícia, no dia 31 de maio de 1955 morreu Roberto Mange, após anos de dedicação ao ensino técnico e um dos idealizadores para o surgimento do Senai.

Para dar continuidade nas negociações da vinda da escola Senai para Sorocaba e assumir a direção do Senai de São Paulo, foi escolhido Ítalo Bologna. Nascido em 22 de abril de 1905, formado em Engenharia Civil, se formou na Escola Politécnica da Universidade de SP em 1930 onde Bologna foi aluno de Roberto Mange. Anos mais tarde Ítalo foi diretor do centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, Chefe de Divisão de Transporte do Senai – SP, assessor da presidência da FIESP, Diretor do Departamento Nacional do Senai e um dos principais colaboradores na implantação dos métodos e princípios da organização racional do trabalho no país.

Mesmo com a mudança na diretoria do Senai de São Paulo as regras e exigências continuaram as mesmas. O Senai regional seria instalado em Sorocaba se fosse doado um terreno de no mínimo 10.000 metros quadrados e o cancelamento da isenção de imposto das duas fábricas a CNE e a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, ou seja, ambas não teriam mais a escola Senai de forma cooperativa e passariam a pagar o imposto total ao Senai. (texto semana tecnológica)

Após três anos entre diálogos e negociações com o novo diretor, o sonho da tão esperada escola própria do Senai em Sorocaba começou a tomar forma através da doação de um terreno para a construção da escola, como mostra a reportagem do jornal Cruzeiro do Sul:

DOADA ÁREA DE TERRENO AO SENAI para a construção de uma escola em Sorocaba.

Na tarde de sexta feira conscientizou-se o importante ato de doação de uma área de terreno por parte da municipalidade ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a construção entre nós de moderna escola Senai. O terreno doado mede 9.623 metros quadrados e está situado à Praça Roberto Mange, esquina com a Avenida Roberto Simonsen em Santa Rosália. (CRUZEIRO DO SUL, ano LV, nº 15.525, 26 de agosto de 1958, p. 2)

Atendendo as essas exigências a Prefeitura de Sorocaba doou um terreno na metragem real de 9.623 metros.

Dia 28 de maio de 1958 encontra-se uma nota no jornal Correio Paulistano com o título “Escola do SENAI em Sorocaba” diz a nota:

O SENAI vai iniciar a construção de uma Escola em Sorocaba, atendendo assim ao grande desenvolvimento manufatureiro daquela cidade, hoje com uma população industriaria de quase 20 mil trabalhadores. Ali já existem duas Escolas SENAI, mas pertencentes ambas, a empresas particulares: trata-se da Sociedade Anonima Industrias Votorantim e da Companhia Nacional de Estamparia.

O terreno para a construção mede 9.623 metros quadrados e situa-se à Praça Roberto Mange, esquina com a Avenida Roberto Simonsen. A área coberta medirá 3.645 metros quadrados, sendo o conjunto integrado por salas de aula, amplo auditório, oficina com 18 metros de largura e 90 de comprimento, vastas áreas para recreio, salões de administração, etc.

De acordo com o projeto, a Escola será tipicamente funcional. O edifício permitirá, por suas linhas estruturais, uma perfeita distribuição da luz natural, bem como ventilação satisfatória. O tipo de estrutura e a cobertura serão dos mais modernos.

Inicialmente, funcionário ali cursos de ajustador, de mecânico eletricista, de torneiro mecânico e de mecânico de automóvel. (CORREIO PAULISTANO, ano 104, n. 31.335, 28 de maio de 1958, p. 2)

O Correio Paulistano publicou em sua edição do dia 24 de agosto de 1958 uma nota informando sobre a construção da Escola Senai em Sorocaba, sob o título de “VAI SER INICIADA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DO SENAI EM SOROCABA” (CORREIO PAULISTANO, ano 105, n. 31.411, 24 de agosto de 1958, p. 1), na nota foi informado que a prefeitura havia doado um terreno de 9.623 metros quadrados e que abrigaria uma moderna Escola Senai.

O Cruzeiro do Sul na edição do dia 26 de agosto de 1958 corroborava a informação dada pelo Correio Paulistano. Nessa edição o Cruzeiro do Sul relatou doação da área para o Senai. Essa nota foi estampada na primeira página do jornal, ganhando assim destaque entre as notícias do dia. O então prefeito municipal o Dr. Gualberto Moreira estava em campanha para se eleger Deputado Federal e o jornal coincidentemente estampou também em sua primeira página a propaganda em que o prefeito aparecia como candidato a Deputado Federal. Com o título de “Doada área de terreno ao Senai para a construção de uma escola em Sorocaba, a reportagem traz o texto publicado no jornal Correio Paulistano, porém acrescenta mais algumas linhas, a saber:

[...] A cerimonia de doação do terreno foi registrada às 14 horas estando presentes, além do sr. dr. Gualberto Moreira, prefeito Municipal e do dr. José Ferreira Cardoso, delegado do Centro das Indústrias e mais conselheiros do CIESP, os srs. Rafael Noschese, presidente do Conselho Regional do Senai, Italo Bolgna, diretor regional, Honorio de Sylos, consultor jurídico, Helio de Souza, chefe do serviço de divulgação e documentação, engenheiro Lucio Grinover, chefe do serviço de obras, todos do Senai. O sr. engenheiro Rafael Noschese, saudou o sr. Prefeito Municipal, no ato da assinatura da doação, agradecendo esta colaboração preciosa e valiosa da municipalidade ao Senai. (CRUZEIRO DO SUL, ano LV, n. 15.525, 26 de agosto de 1958, p. 1)

Mesmo em metragens um pouco menores do que exigiu Mange em períodos anteriores, o Senai aceitou os acordos e iniciou as obras da Escola Regional do Senai na cidade de Sorocaba.

Porém faltava ainda cumprir a segunda exigência, que era o cancelamento das duas escolas Senai de forma cooperativa com as fábricas, exigência essa que foi tão

discutida e ressaltada por Roberto Mange em suas cartas de respostas ao Jornal Cruzeiro do Sul, pois mesmo com a construção da nova escola do Senai em andamento, os dois outros estabelecimento continuavam em funcionamento e de modo cooperativo com as fábricas. Como mostra a figura 1.

Figura 1 - Anúncio da escola Senai C.N.E

ESCOLA SENAI C.N.E.

M A T R I C U L A

A Diretoria da Escola SENAI da Companhia Nacional de Estamparia comunica que, desde o dia 5 de Dezembro, estão abertas as matrículas para menores de 14 a 17 anos de idade, nos seguintes cursos:

a) MECANICO AJUSTADOR	Duração	3 anos
b) MECANICO TORNEIRO	"	3 "
c) CARPINTEIRO	"	3 "
d) FIANDEIRO	"	6 meses
e) TECELAO	"	6 "

Os candidatos deverão apresentar-se a Secretaria da Escola, à Av. Pereira da Silva, em Santa Rosalia, das 7,30 às 17,00 horas, munidos da certidão de nascimento.

Sorocaba, 1 de Dezembro de 1958.
JAIR DE ALMEIDA BRANCO — Diretor

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 25 de dezembro de 1958, p. 3.

Esse recorte mostra que somente uma exigência foi atendida, a doação do terreno para a construção da escola, porém as fábricas continuaram com as escolas Senai de forma cooperativa.

Já em outro anúncio publicado conforme figura 2, nota-se a preocupação em explicar inclusive quais seriam as vantagens em se fazer esse curso, em uma tentativa de mostrar à população que a escola Senai C.N.E. estava alinhada aos objetivos do Senai e que os alunos ao concluir o curso teriam os mesmos benefícios dos alunos que frequentassem os cursos do Senai, além do que o certificado seria o mesmo, dando ao candidato todas as chances que os alunos regulares do Senai tinham. A propaganda ainda enfatiza que após formados poderiam ser admitidos na própria Fábrica da Companhia Nacional de Estamparia.

Figura 2 – Anúncio da Escola Senai C.N.E.

Escola Senai C.N.E.

A Escola SENAI da Companhia Nacional de Estamparia, visa a formação de pessoal especializado, ministrando, em cursos profissionais, conhecimentos gerais, técnicos e práticos dos seguintes ofícios:

a — MECANICO AJUSTADOR	Duração — 3 anos
b — MECANICO TORNEIRO	" — 3 "
c — CARPINTEIRO	" — 3 "
d — FIANDEIRO (misto)	" — 6 meses
e — TECELAO (misto)	" — 6 "

A aprendizagem prática é realizada através da execução de trabalhos seriados e metódicos, em oficina especialmente planejada para este fim.

O ensino teórico abrange as seguintes disciplinas de cultura geral e técnica: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Desenho Técnico, Tecnologia de Ofício e Educação Física.

VANTAGENS

- a — O Curso é inteiramente gratuito.
- b — Fornecimento de materiais de trabalho e ferramentas, sem qualquer despesa para os alunos.
- c — Outorga de "CERTIFICADO DE APRENDIZAGEM" pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- d — Preferência para admissão, caso ainda não pertença ao quadro profissional da Companhia Nacional de Estamparia.

INSCRIÇÃO

Estará aberta no período de 5 de Dezembro de 1958, a 5 de Janeiro de 1959, na Secretaria da Escola, à Av. Pereira da Silva, em Santa Rosália, das 7,30 às 17,00 horas.

Os candidatos à inscrição devem satisfazer às seguintes condições:

- a — ter idade mínima de 14 anos, e máxima de 17 anos.
- b — apresentar certidão de nascimento.
- c — ser aprovado em exame de admissão o qual constará de:
 - CONHECIMENTO GERAIS (rudimentos de português, aritmética, geometria).
 - Teste de Nivel Mental.
 - Exame Médico (Com caráter eliminatório).

Alem destes cursos para menores, o SENAI C.N.E. mantém cursos rápidos de Fiação e Tecelagem para adultos, com duração de 30 dias.

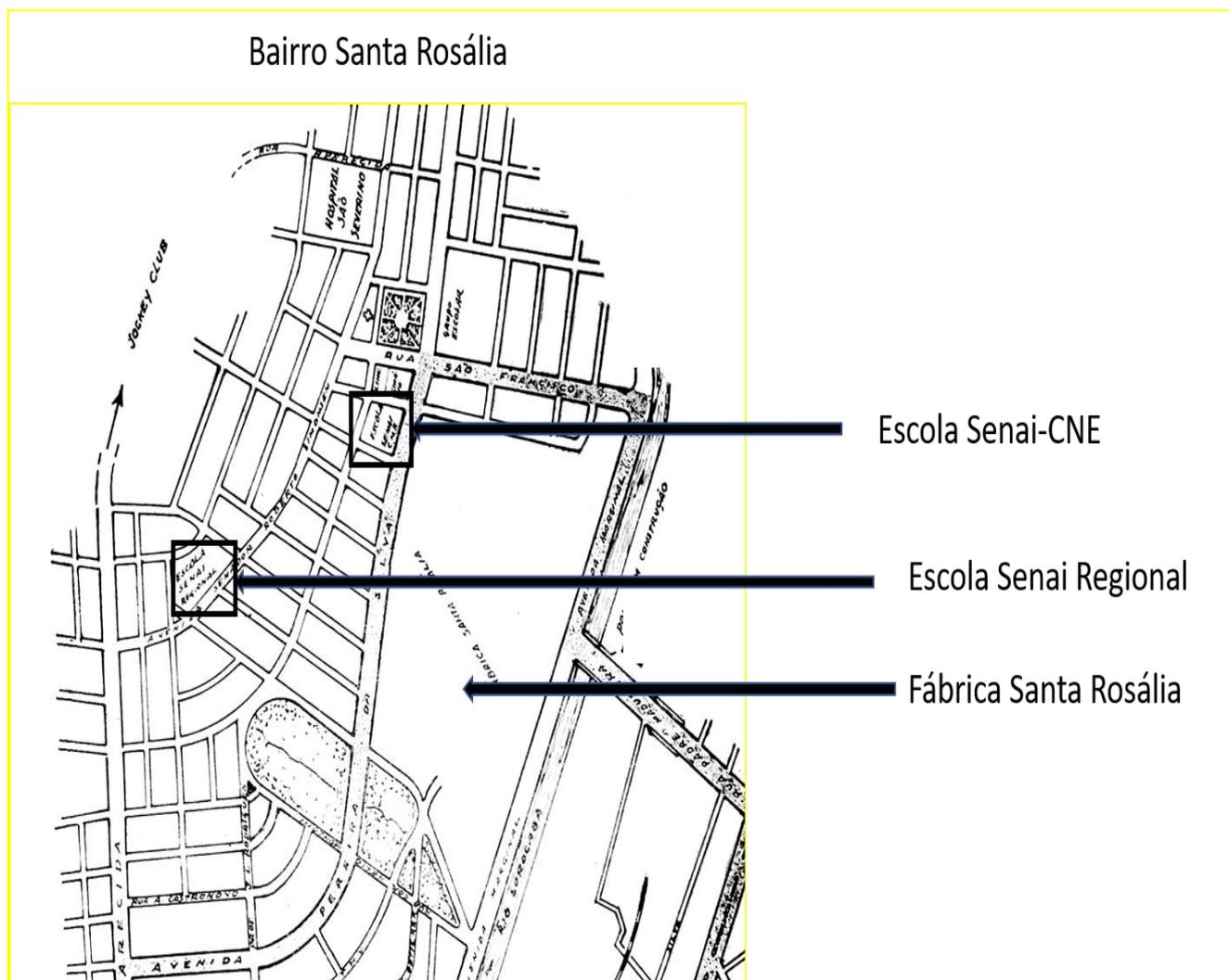
Sorocaba, 1 de Dezembro de 1958.

JAIR DE ALMEIDA BRANCO — Diretor

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 31 de dezembro de 1958, p. 3.

De acordo com os dados de divulgação acima, figura 2, a da Companhia Nacional de Estamparia passou a ser denominada de Senai C.N.E e a escola Senai que não pertencia às indústrias foi denominada Senai Regional. Ambas ficavam no bairro Santa Rosália, próximas a fábrica da Companhia Nacional de Estamparia que levava o mesmo nome do bairro, Santa Rosália.

Figura 3 – Mapa do Jardim Santa Rosália em 1958



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 19 de junho de 1960, p. 7

O crescimento urbano aumentava de forma exponencial, conseqüentemente as empresas cresciam e a necessidade de mão de obra foi indispensável, na década de 1950 o número de operários passava dos 25.000.

Em 1959 os alicerces já estavam prontos e a escola começou a tomar forma, com uma capacidade inicial para 200 alunos entre salas de aulas e oficinas. A figura 4 a seguir mostra a primeira Parabolóide (teto com formato de Parabolóide para dissipar o calor e evitar ecos) instalada no terreno onde foi construído o Senai.

Figura 4 - Instalação da primeira Paraboloide da Escola Senai Sorocaba.



Fonte: Arquivos de imagens Senai "Gaspar Ricardo Junior" 1959

Na década de 1960, a construção do Senai caminhou normalmente, foi somente em 1961 que suas obras começam a chegar nos acabamentos e o sonho de ter uma escola própria do Senai em Sorocaba começa a se concretizar. A figura 5 mostra a fachada quase finalizada, faltando alguns vidros para serem instalados.

Figura 5 - Fachada da escola Senai de Sorocaba, preste a ser finalizada, instalando alguns vidros



Fonte: Arquivos de imagens Senai "Gaspar Ricardo Junior" 1961

E nas Figuras 6 e 7 é possível observar as oficinas sendo preparadas, pela instalação de seus maquinários, entre eles vários tornos manuais.

Figura 6 - Oficina com bancadas



Fonte: Arquivos de imagens Senai "Gaspar Ricardo Junior" 1961

Figura 7 - Torno mecânico nas oficinas.



Fonte: Arquivos de imagens Senai "Gaspar Ricardo Junior" 1961

A ansiedade pela inauguração e funcionamento da escola aumentava a cada dia que passava, até que uma notícia no Jornal Cruzeiro do Sul sobre um possível corte de verbas da escola do Senai, trouxe preocupação a todos, um risco de que as coisas não poderiam correr bem, vejamos o início da reportagem.

Escola SENAI funcionará no 2º semestre em Sorocaba
Em meados do ano passado a Sociedade Amigos de Sorocaba, endereçou ofício a diretoria regional do Senai, solicitando não fosse feito o projetado corte na verba da Escola em Construção em nossa

cidade, consoante se propalou. (CRUZEIRO DO SUL, ano LVI, nº 16.285, 12 de março de 1961, p. 1)

Em meio a esse pronunciamento, o próprio Ítalo Bologna respondeu, e o Jornal Cruzeiro do Sul publicou sua resposta na mesma matéria:

[...] O Senai enviou a S.A.S o seguinte ofício:

Sr. Presidente:

Em atenção ao seu prezado ofício n.º 65,60 de 23.12-60 referente à construção e instalação da Escola SENAI nessa cidade, temos a informa-lo de que as obras da referidas Escola SENAI nessa cidade, temos a informa-lo de que as obras da Escola estão tendo andamento normal e que no 2º semestre do corrente ano a mesma entrará em funcionamento.

Nesta oportunidade apresentamos a V.S. as nossas

Atenciosas Saudações

Ítalo Bologna – Diretor Regional. (CRUZEIRO DO SUL, ano LVI, nº 16.285, 12 de março de 1961, p. 1)

Finalmente no dia 2 de agosto de 1961 a escola começou suas atividades, oferecendo alguns cursos como ajustador mecânico, mecânico eletricitista, tendo ao todo 47 aprendizes.

A escola do Senai de Sorocaba fez sua inauguração oficial no dia 25 de agosto de 1962, um ano após o início de suas atividades, pois o Senai já tinha um projeto no início da década de 1960, que era inaugurar oficialmente diversas escolas do Senai mesmo que essas estivessem em funcionamento. As inaugurações oficiais seriam por causa do vigésimo aniversário do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (CRUZEIRO DO SUL, ano LVIII, n. 16.714, 25 de agosto de 1962, p. 4).

A escola Regional do Senai de Sorocaba na época considerada como uma das mais modernas da região, pelo seu design revolucionário para os padrões da época, na reportagem feita pelo jornal Cruzeiro do Sul no dia da inauguração oficial da escola traz um panorama de com o Senai Regional de Sorocaba estava.

[...] O edifício escolar é tipicamente funcional apresentando estruturas e linhas arquitetônicas das mais modernas.

Acham-se em pleno funcionamento cursos de mecânico geral, eletricitista, mecânico de automóvel e marceneiro com um total de 146 alunos matriculados aos quais se somam 1.504 menores e 68 adultos em aprendizagem nas próprias empresas sob orientação da Escola. O estabelecimento a ser inaugurado hoje servirá não somente a nossa cidade com um grande parque industrial de cerca de 17.000 empregados distribuídos entre 406 estabelecimentos, mas também a

outros centros industriais da região sul do estado. (CRUZEIRO DO SUL, ano LVIII, n. 16.714, 25 de agosto de 1962, p. 4).

A matéria com o título de: “Escolas de alto nível formam técnicos para o desenvolvimento do nosso país”, nessa matéria foi citado a Escola Senai Regional que oferecia cursos diurnos de eletricidade, mecânica geral, mecânica de automóvel e marcenaria e a noite oferecia cursos extraordinários. O Senai Regional era dirigido pelo prof. Pedro José de Camargo, tendo como secretário o sr. Silvio Costa.

A mesma matéria ainda citava a alteração que ocorreu no Senai-CNE, diz o texto,

SERVIÇO DE ENSINO E TREINAMENTO DO ACORDO CNE-SENAI – Avenida Pereira da Silva, s/n. – A antiga Escola SENAI da Companhia Nacional de Estamparia teve suas funções ampliadas, recebendo a atual denominação. Deverá executar funções de seleção e treinamento (ainda não instaladas), administrar o programa de bolsas de estudo e a parte de ensino.

Esta última compreende atualmente cursos ordinários de ajustador mecânico, torneiro mecânico, carpinteiro, além de um curso preparatório aos três anos anteriores, com 120 estudantes matriculados, e cursos extraordinários rápidos de fiação e tecelagem, contra-mestres, etc. com 53 inscritos no momento (o número deverá atingir 200 até o final do ano). A duração dos cursos ordinários é de três anos, havendo dias alternados de aulas e estágio na empresa.

Dirige o Serviço o prof. Jair Almeida Branco. (CRUZEIRO DO SUL, ano LVIII, n. 16.714, 25 de agosto de 1962, p. 4).

Nota-se nesse texto que o nome Senai deixa de configurar como destaque e passa a compor o nome de “Serviço de ensino e treinamento do acordo CNE-Senai”, num evidente esforço do Senai em dar destaque ao nome apenas no Senai Regional tornando-se dessa forma majoritário no uso e fortalecimento do nome Senai.

Mesmo com o funcionamento e inauguração da escola do Senai, as outras duas escolas citadas anteriormente continuavam em funcionamento, a da CNE e a escola do bairro de Votorantim.

Com a nova unidade escolas, conta Sorocaba com três escolas pertencentes à rede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, porquanto outras duas funcionam, respectivamente junto à Companhia Nacional de Estamparia e à Sociedade Anônima Indústrias Votorantim sendo mantidas e administradas por essas empresas com assistência técnica do SENAI mediante convênio de cooperação.(CRUZEIRO DO SUL, ano LVIII, n. 16.714, 25 de agosto de 1962, p. 1)

Em seus primeiros anos de funcionamento a escola Senai “Gaspar Ricardo Júnior” de Sorocaba oferecia cursos profissionalizantes de curta duração de ajustador mecânico, mecânico eletricista, torneiro mecânico e mecânico de automóvel. Desde seu início o Senai teve importante contribuição no processo de desenvolvimento industrial da cidade de Sorocaba e região (JORNAL AAPM, ano 05, edição 08 de junho de 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tem como tema a criação da Escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” na cidade de Sorocaba interior de São Paulo. A motivação para se escrever a história da criação dessa escola é devido a sua importância para o município, fruto de um projeto a nível federal, o Senai enquanto entidade que visava o desenvolvimento e profissionalização da classe operária e desta forma colocar em prática o objetivo desenvolvimentista de Getúlio Vargas enquanto mandatário da nação.

O Senai foi ampliado em diversas escolas pelo Brasil, tendo seu primeiro prédio instalado em São Paulo no bairro do Brás recebendo o nome de SENAI “Roberto Simonsen”. A presença de uma escola Senai na cidade de Sorocaba tinha uma representatividade perante a classe trabalhadora, visto que além do ensino técnico também qualificava o trabalhador e o deixava em posição de destaque ao concluir o curso e ostentar o diploma de sua formação. Perante a classe política tinha o significado de que ao abrigar uma escola Senai o município se destacava como cidade industrializada e progressista. Para os industriais a escola Senai, quando instalada dentro ou sob o comando da indústria, era economicamente vantajosa, pois lhes era concedido isenção de impostos, e tinham mão de obra formada sob um método de excelência.

Como também havia interesse do poder público para que na cidade se instalasse mais uma escola Senai, desta forma isto acabou se tornando objeto de investigação desta dissertação, e que acabou gerando os questionamentos iniciais, quais seriam os interesses dos governantes da cidade na instalação dessa escola? Não estariam os mesmos satisfeitos com a atuação das escolas Senai administradas pelas indústrias? Ou então deveria ser apenas uma questão técnica a ser resolvida, questão esta que permeou diante da seguinte reflexão: As escolas mantidas pelas indústrias estavam sob o comando destas e tinham como objetivo capacitar seus funcionários, já uma escola independente teria uma abrangência sobre a população de forma geral.

A criação da Escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” foi marcada por entraves entre o diretor do Senai o senhor Roberto Mange e industriais e os políticos da cidade de Sorocaba que almejavam a instalação de mais uma Escola Senai na cidade. O que

estava por trás desses entraves, era a questão monetária, visto que na cidade de Sorocaba já havia duas escolas Senai em regime de isenção.

Roberto Mange não concordava em instalar outra escola na cidade e colocou como condição para a instalação da escola, que fosse doado ao Senai um terreno e que as duas indústrias, a saber a CNE - Companhia Nacional de Estamparia e a SAIV - Sociedade Anônima Indústrias Votorantim abrissem mão do regime de isenção e recolhessem aos cofres do Senai a taxa estipulada pelo Governo que era de 1% do faturamento.

Após a morte de Roberto Mange, assumiu a diretoria do Senai o sr. Ítalo Bologna e em sua gestão pelo menos uma das reivindicações de Roberto Mange foi cumprida, ou seja, o Senai recebeu a doação do terreno, porém as indústrias continuaram no regime de isenção e mantiveram por um certo período suas escolas próprias gerenciadas pelo Senai.

Também havia interesses políticos envolvidos na instalação da escola Senai em Sorocaba, visto que mesmo a cidade possuindo duas escolas Senai de modo cooperativo, porém eram escolas menores e que atendiam as necessidades das indústrias nas quais estavam instaladas. A classe política entendia que essas duas escolas não condiziam com a realidade industrial da cidade a “Manchester Paulista”, que possuindo um parque fabril relevante, necessitava de uma escola Senai que atendesse aos interesses maiores da população e que não estivesse sob a tutela de duas indústrias.

A criação da escola Senai “Gaspar Ricardo Junior” na cidade de Sorocaba atendeu as reivindicações tanto da classe política, quanto da população.

A instalação de mais uma escola Senai em Sorocaba também era um desejo da população, mesmo que a cidade já contasse com duas outras unidades, porém mantidas pelas indústrias, com a instalação de uma escola mantida e administrada pelo próprio Senai, pois com a vinda da escola haveria uma ampliação na oferta de cursos, onde se considerou o crescente número de indústrias instaladas na cidade.

Com a instalação de mais uma escola Senai a cidade passou a ter uma maior oferta de cursos, considerando que Sorocaba absorveu a demanda de cidades da região, isso fortaleceu a cidade no tocante a formação de mão de obra especializada, tornando dessa feita a instalação de mais uma unidade, um grande avanço e um

fortalecimento no capital humano em prol das indústrias da cidade e da própria região de Sorocaba.

Provavelmente a instalação de mais uma escola Senai veio a contribuir com o aspecto de desenvolvimento da cidade de Sorocaba, pois a cidade contava já na época com uma boa infraestrutura e mão de obra farta, porém para completar esse quadro e o tornar mais atrativo, a qualificação dessa mão de obra se tornou um ponto favorável inclusive para que muitas indústrias se estabelecessem na cidade.

A reivindicação da instalação dessa escola foi plenamente atendida em 1961 sendo definitivamente inaugurada em 1962 por ocasião do vigésimo aniversário da criação do Senai.

A percepção que temos diante de todo o exposto nesta dissertação é que as escolas Senai mantidas pelas indústrias, mesmo administradas pelo Senai, não atendiam aos anseios do próprio corpo diretivo do Senai e também dos governantes, visto que estes últimos se empenharam em atender as exigências impostas pelo Senai para abrir uma escola Senai na cidade de Sorocaba, escola esta que seria mantida e administrada apenas pelo Senai.

Com toda essa dificuldade e luta para instalar uma unidade própria do Senai na cidade de Sorocaba, a cidade e a região como um todo acabou sendo beneficiada. A partir do ano de 1961 a cidade de Sorocaba passou a contar com essa tão sonhada unidade. Essa unidade do Senai atende até hoje Sorocaba e região, tornando-se referência em ensino Técnico e responsável pela formação de mão de obra especializada, atendendo a uma grande demanda do parque fabril local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluisio de. **Vida e Morte do Tropeiro**. Editora Martins – EDUSO. São Paulo. 1981.

_____. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Instituto Histórico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

ANFAVEA. **Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo, Ponto & Letra, 2015.

AMSDEN, A. H. **A ascensão do “resto”**. São Paulo: ed. da Unesp, 2009.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, Depto. Publicações, 1966.

BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRASIL, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRESCIANI, L. P; ODA, N. T. **Reestruturação produtiva e negociações coletivas no setor automobilístico do ABC**. Cadernos de pesquisa, nº 08, 2003.

BUSANELLO, Andrei Ângelo; MORAIS, Jader Moreira; ABADIA, Leandro Vieira dos Santos de; SOUZA, Magno Paulo; FREITAS, Ricardo Araújo T. de; CARDOSO, Wesley Ricardo Ribeiro. **Processo de Substituição de Importações: uma análise do período de 1930 a 1960**. 2007. 10 p. Luziânia – GO, Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

CALDEIRA, Jorge. **Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e superação** / Jorge Caldeira. -- São Paulo: Mameluco, 2007.

CALICCHIO, Vera. **Missão Cooke**. FGV/CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/missao-cooke>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional**; Universidade Federal do Pará; 2009.

CARONE, Edgard. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC, 2000.

CAPUTO, Ana Cláudia, MELO, Hildete Pereira. **A Industrialização Brasileira nos anos de 1950: Uma Análise da Indústria 113 da SUMOC**. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 39, nº 03, 2009.

CENSO 1940. Disponível em: <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

COSTA, Thierre Moulin. **O Estado e o Mundo no Processo de Industrialização do Brasil (1930 – 1951)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: FLACSO, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

_____. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, mai./ago. 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI / DN / DPEA, 1986.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GUERRA DA SECESSÃO. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-guerra-secessao.htm>>. Acesso em: 22 out. 2019.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRASIL, IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BIBLIOTECA IBGE. **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento**. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria, 1955.

KORNIS, Mônica Almeida. **O governo de Juscelino Kubitschek**. O Brasil de JK. Sociedade e cultura nos anos 1950. FGV, CPDOC, 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LAFER, C. **JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LESSA, C. **A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. Campinas: editora da Unicamp, 1998.

MAGALHÃES, G. **Energia, Industrialização e a Ideologia Do Progresso**. Projeto História, São Paulo, nº 34, 2007.

MALAN, P. **Relações econômicas internacionais no Brasil (1945-1964)**. In: FAUSTO, B. (Org.). O Brasil republicano. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1984. tomo III. 4 v.

MAMIGONIAN, Armen. **Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista**. In MAMIGONIAN, Armen. Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005, p. 78-87.

MENEZES, Joimar de Castro. **Setor externo e política econômica do Brasil, 1913 – 1918**: Universidade de São Paulo, 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Meire Terezinha. **O Senai e a educação profissionalizante no Brasil**. Faculdade de Americana – FAM; 2010.

_____. **A lousa e o torno: a escola Senai Roberto Mange, de Campinas**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO– Unicamp; 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 1ª reimpressão, S. Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1976.

NEGRI, Sarjas; GONÇALVES, M. Flora e CANO, Wilson. **O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de SP**. In: CANO, Wilson (Coord). **A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de SP (1920 – 1980)**. São Paulo, Fundação SEADE (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4936.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e expansão da indústria em São Paulo**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

POMPEU, Bruno Nogueira. **O desenvolvimento da Indústria Automobilística sob a ótica do plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

RELATÓRIO Senai-SP. **Senai em São Paulo: 1946**. Relatório apresentado pelo Diretor do Departamento Regional, Engenheiro Roberto Mange. São Paulo, 1946, p. 8-9.

RELATÓRIO Senai-SP. **Relatório dos trabalhos realizados pelo Departamento Regional de São Paulo**. Apresentado pelo Diretor Regional, Engenheiro Roberto Mange. São Paulo, 1951.

RELATÓRIO Senai-SP. **Relatório dos trabalhos realizados pelo Departamento Regional de São Paulo**. Apresentado pelo Diretor Regional, Engenheiro Roberto Mange. São Paulo, 1949.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930 – 1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

SANTOS, Elina O. **A industrialização de Sorocaba: bases geográficas**. São Paulo: Humanitas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **História da Escola Pública no Brasil: questões para pesquisa**. Conferência de Abertura do VI Seminário Nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Aracaju – SE, 10 de novembro de 2003, *In*, A escola pública no Brasil: história e historiografia. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SÃO PAULO, SENAI, Relatório. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a Formação Profissional**. Acervo Roberto Mange: Inventário Analítico, v.1, 1991.

SENAI – SP: **65 anos de um sistema educacional consequente**. São Paulo: SENAI, 2007.

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional**. São Paulo: SENAI – SP Editora, 2012

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M.B.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro **Tempos de Capanema**. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 2000.

SUZIGAN, W. "**As Empresas do Governo e o Papel do Estado na Economia Brasileira**". Em: F. REZENDE, ed. Aspectos da Participação do Estado na Economia. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

VILLELA, A; BAER, W. **O setor privado nacional: problemas e políticas para seu fortalecimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.

VERSIANI, R. Flávio; SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**: X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, agosto de 1990.

WERNECK, Braulio. **Almanach Ilustrado de Sorocaba do ano 1914**. Anno 1 - Edição Facsimilar, Braulio Werneck - (Org.). Editora: Sorocaba, 2006.

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. **Lei N. 1860, de 30 de dezembro de 1921**. Criando escolas profissionais masculinas em diversos municípios do Estado. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1921/lei-1860-30.12.1921.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931**. Providencia sobre a organização da estatística industrial e regula a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em superprodução. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19739-7-marco-1931-514626-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939**. Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. **Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940**. Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. **Decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 4.073, 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 jun. 2019

_____. **Decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956.** Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39412-16-junho-1956-332154-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

JORNAIS:

JORNAL AAPM – Associação de Alunos, Ex-Alunos, Pais e Mestres. Senai Sorocaba. Ano 6, edição 8, junho 2012.

CRUZEIRO DO SUL¹¹. Sorocaba, ano XLIII, n. 11.662, 16 dez. 1945, p. 3.

_____. Sorocaba, ano XLV, n. 12.242, 25 dez. 1947, p. 4.

_____. Sorocaba, ano XLVIII, n. 13.493, 27 out. 1951, p. 6.

_____. Sorocaba, ano XLVIII, n. 13.512, 21 nov. 1951, p. 3.

_____. Sorocaba, ano XLVIII, n. 13.645, 08 mai. 1952, p. 1.

_____. Sorocaba, ano XLVIII, n. 13.645, 08 mai. 1952, p. 4.

_____. Sorocaba, ano L, n. 13.978, 11 jun. 1953, p. 44.

_____. Sorocaba, ano L, n. 13.980, 23 jun. 1953, p. 1.

¹¹ Acervo do Jornal Cruzeiro do Sul disponível em: <http://digital.jornalcruzeiro.com.br/pub/cruzeirosul/?flip=acervo#>.

_____. Sorocaba, ano LV, n. 15.525, 26 ago. 1958, p. 1.

_____. Sorocaba, ano LV, n. 15.525, 26 ago. 1958, p. 2.

_____. Sorocaba, ano LVI, n. 16.285, 12 mar. 1961, p. 1.

_____. Sorocaba, ano LVIII, n. 16.714, 25 ago. 1962, p. 1.

_____. Sorocaba, ano LVIII, n. 16.714, 25 ago. 1962, p. 4.

CORREIO PAULISTANO¹². São Paulo, ano XC, n. 26.867, 20 out. 1943, p. 3.

_____. São Paulo, ano XC, n. 26.926, 19 dez. 1943, p. 3.

_____. São Paulo, ano XCIV, n. 28.213, 27 mar. 1948, p. 12.

_____. São Paulo, ano 104, n. 31.335, 28 mai. 1958, p. 2.

_____. São Paulo, ano 105, n. 31.411, 24 ago. 1958, p1.

O ESTADO DE SÃO PAULO¹³. São Paulo, ano LXXIX, nº 14.612, 08 jun. 1958, p.22.

¹² Acervo do Jornal Correio Paulistano disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹³ Acervo do Jornal O Estado de São Paulo disponível em:

<https://assine.estadao.com.br/meuestadao/subscribe/estadao-digital-completa-190-1990-am100863/>